



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

EDITAL

Concorrência nº 004/2023		Data de Abertura: 1/11/2023 às 9:00	
Objeto			
Contratação de empresa especializada para locação de equipamentos de fiscalização eletrônica de velocidade tipo fixo, software de pré-processamento de imagens e sinalização, incluídos os serviços de manutenção e operação.			
Valor Total Estimado da Licitação			
R\$ 1.637.830,54 (um milhão, seiscentos e trinta e sete mil, oitocentos e trinta reais, cinquenta e quatro centavos).			
Visita Técnica	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação	Lic. Exclusiva ME/EPP?
OPCIONAL	CONTRATO	MENOR PREÇO GLOBAL	NÃO
Documentos de Habilitação (Veja item 9)*			
Requisitos Básicos: <ul style="list-style-type: none">– SICAF e CRC (opcional)– Índices de Liquidez (LG, LC, SG)– Visita Técnica ou Dispensa de Visita Técnica– Declaração Unificada		Requisitos Específicos: <ul style="list-style-type: none">– Certificado de Registro de PJ– Certificado de Registro de PF– Atestado de Capacidade Técnica– Comprovante de vínculo profissional– Atestado de Visita ou Dispensa– Garantia da Proposta	

* O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.

Reserva Cota ME/EPP?	ÁLVARA, ART ou outro e CNO	Pedidos de Esclarecimentos	Impugnações
NÃO	SIM	Até 5 dias antes da abertura	Até 2 dias antes da abertura

Justificativa do processo

A fiscalização eletrônica é de extrema importância para a segurança dos condutores e pedestres que transitam pelas vias públicas, sendo necessária a manutenção dos mesmos, a fim de evitar os excessos de velocidade que podem provocar acidentes e vitimar pessoas. O Departamento de Trânsito pretende com a contratação dos serviços, fazer com que os condutores respeitem a velocidade máxima permitida nas vias públicas de Dois Vizinhos, a fim de reduzir o número de acidentes e vítimas fatais no trânsito.

Fonte do Recurso: Recursos Vinculados ao DEPTRAN-DV.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

EDITAL

CONCORRÊNCIA N.º 004/2023 – Processo n.º 221/2023

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS**, ora denominado licitador, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o n.º 76.205.640/0001-08, com sede à Avenida Rio Grande do Sul, n.º 130, Centro, em Dois Vizinhos, Estado do Paraná, CEP 85660-000, torna público, para conhecimento, que realizará **CONCORRÊNCIA** n.º 004/2023, do tipo **Menor Preço Global**, a qual será regida pela Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, Lei n.º 123/2006, 147/2014 e demais normas vigente e aplicável ao objeto da presente licitação.

1. DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DA DISPUTA

1.1. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: deverão ser entregues ao(a) Presidente da Comissão Permanente de Licitações, Sr(a). Iris Cristina Bertolini. A Comissão Permanente de Licitação não se responsabiliza por envelopes que não forem entregues pessoalmente.

1.2. LOCAL: Sala de Licitações – Prefeitura Municipal, com endereço na Avenida Rio Grande do Sul, n.º 130 – Dois Vizinhos – PR.

1.3. DATA: 1 de novembro de 2023.

1.4. HORÁRIO: 9 horas.

1.5. Comissão Permanente de Licitação nomeada pela Portaria 019/2023.

FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES: O Departamento de Licitações prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, no horário de expediente, na Avenida Rio Grande do Sul, 130, Centro – na cidade de Dois Vizinhos – PR nos fones (46) 3536 8819 e 3536 8822.

2. ELEMENTOS INSTRUTORES

2.1. O edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.doisvizinhos.pr.gov.br na guia licitações ou no Departamento de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal.

2.2. São parte integrante deste edital os seguintes elementos instrutores:

- Carta de Credenciamento – **ANEXO I**; (substitui a exigibilidade de uma procuração).
- Termo de Renúncia – **ANEXO II**;
- Situação Financeira da Empresa – **ANEXO III**;
- Minuta do Contrato – **ANEXO IV**;
- Visita Técnica – **ANEXO V**;
- Dispensa de Visita Técnica – **ANEXO V.1**;
- Declaração Unificada – **ANEXO VI**;



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

– Declaração de Enquadramento Microempresa e Empresa de Pequeno Porte – **ANEXO VII**;

– Estudos Locais de INSTALAÇÃO DE INSTRUMENTO FIXO DE VELOCIDADE em anexo.

2.3. As empresas participantes deverão verificar o conteúdo dos documentos integrantes do Edital, sendo que decairá do direito de impugnar os termos do Edital de Licitação perante a PREFEITURA, licitante que não o fizer, protocolizando seu pedido até o 2º (segundo) dia útil que anteceder à abertura dos envelopes com as propostas, nos termos do artigo 41, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8666/93, e suas alterações.

2.3.1 A(s) impugnação(ões) poderá(ão) ser entregue(s) no Departamento de Licitações ou enviado(s) por meio eletrônico para o e-mail: iris.bertolini@doisvizinhos.pr.gov.br.

2.4. O contrato deverá cumprir o Termo de Ética dos Servidores Públicos do Município de Dois Vizinhos, conforme previsto no Decreto nº 16549/2020, artigo 27, alínea “D” de acordo com os princípios e critérios de conduta nele estabelecidos.

3. INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTO E ALTERAÇÃO DO EDITAL

3.1. Qualquer cidadão é parte legítima para solicitar esclarecimentos desse edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 2 (dois) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

3.2. Informações e esclarecimentos relativos ao edital, seus modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados, por e-mail: iris.bertolini@doisvizinhos.pr.gov.br à Comissão de Licitação, até 5 (cinco) dias úteis antes da data limite para o recebimento da documentação relativa a Habilitação e Proposta, sendo que as respostas serão enviadas por escrito a todas as proponentes, até 2 (dois) dias úteis antes do recebimento das propostas.

3.3. Nos casos em que a alteração do edital importe em modificações das propostas, o licitador prorrogará o prazo de abertura e julgamento.

3.4. Justifica-se a modalidade e o tipo de apuração haja vista tratar-se de locação de equipamentos e prestação de serviços interdependentes, que devem funcionar de forma conjunta, de modo que a contratação de empresas diversas dificultaria a execução do objeto. Justifica-se ainda a inclusão dos serviços de sinalização no lote haja vista sua imprescindibilidade para validade das multas aplicadas pelo sistema, sendo de responsabilidade da empresa adjudicatária a instalação e manutenção perene da sinalização, nos termos do edital.

4. OBJETO

4.1. Constitui objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DE VELOCIDADE TIPO FIXO, SOFTWARE DE PRÉ-PROCESSAMENTO**



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

DE IMAGENS E SINALIZAÇÃO, INCLUÍDOS OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO.

5. DO VALOR, DO REAJUSTE DE PREÇOS, DA QUANTIDADE E DO CRITÉRIO DE PREÇOS

5.1. O valor total desta licitação é de **R\$ 1.637.830,54 (um milhão, seiscentos e trinta e sete mil, oitocentos e trinta reais, cinquenta e quatro centavos)**, conforme segue tabela abaixo:

Lote: 1 – Ampla Concorrência						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1	29831363	LOCAÇÃO FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA TIPO FIXO Instrumento com capacidade de medição e registro de velocidade de veículos, utilizando sensores no pavimento ou não, com captação automática de imagens através de câmeras eletrônicas, com capacidade para monitorar até 04 (quatro) faixas de trânsito simultaneamente, respeitando as exigências legais, inclusive as resoluções atualizadas pelo CONTRAN, conforme as especificações no Termo de Referência. Quantitativo estima de 312 unidades, tendo em vista que são 26 faixas, com pagamento mensal. 26 faixas x 12 meses = 312 unidades.	312	F/MES	3.367,55	1.050.675,60
2	29831364	LOCAÇÃO SISTEMA OCR Sistema ofertado, bem como as licenças fornecidas pela empresa contratada deverão dispor no mínimo das seguintes especificações técnicas conforme Termo de	312	F/MES	552,86	172.492,32



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

		Referência. Quantitativo estima de 312 unidades, tendo em vista que são 26 faixas, com pagamento mensal. 26 faixas x 12 meses = 312 unidades.				
3	29831365	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE PRÉ PROCESSAMENTO O Sistema de Central de Pré-processamento de Imagens proposto deverá ser capaz de receber de forma On-line os dados e imagens transmitidos pelos equipamentos de campo e outras especificações, conforme descrição no Termo de Referência.	12	MES	9.159,74	109.916,88
4	29831366	SINALIZAÇÃO VERTICAL Sinalização vertical, de acordo com a Legislação de Trânsito Vigente informando a existência de equipamento de fiscalização eletrônica, bem como a associação dessa informação à placa de regulamentação de velocidade máxima permitida no local, sem ônus à Prefeitura. Quantitativo estima de 312 unidades, tendo em vista que são 26 faixas, com pagamento mensal. 26 faixas x 12 meses = 312 unidades.	312	F/MES	62,59	19.528,08
5	29831367	INSTALAÇÃO DO SISTEMA A contratada deverá realizar todos os serviços necessários para o correto funcionamento dos equipamentos eletrônicos de fiscalização.	26	UN	10.969,91	285.217,66
TOTAL						1.637.830,54



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

5.2. DO REAJUSTE: Em caso de prorrogação o preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contados a partir da data limite para apresentação da proposta (será considerado a data da abertura da licitação), pela variação do IPCA. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.3. A empresa adjudicatária fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos ou supressões que se fizerem na contratação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato, conforme prevê o §1º do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.4. Fonte do Recurso: Recursos Vinculados ao DEPTRAN-DV.

5.5. DO PREÇO: O preço teve como base orçamentos de empresas do ramo pertinente ao objeto, preços extraídos de sites de domínio amplo bem como aquisições similares firmadas por outros entes públicos.

5.6. O preço da contratação do objeto licitado será aquele constante da proposta.

5.7. DO CRITÉRIO: O sistema de formação de preços foi baseado na obtenção da Média Saneada por meio do Coeficiente de Variação. A média saneada consistiu na avaliação crítica dos preços obtidos, em que foram desconsiderados os valores demasiadamente discrepante, bem como extirpados os considerados inexequíveis.

5.8. DA QUANTIDADE: O quantitativo e os locais para instalação foram estimados pelo DEPTRAN-DV.

6. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E VISITA TÉCNICA

6.1. Poderão habilitar-se a presente licitação empresa com atividade compatível ao objeto ora licitado.

6.2. Quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

6.3. A empresa interessada em participar desta licitação, poderá visitar o local onde se realizarão os serviços que constituem o objeto desta licitação, devendo apresentar ao município de Dois Vizinhos o Atestado de Visita Técnica declarando que conhece os locais e as dificuldades que os mesmos possam oferecer, firmada pelo responsável indicado pela empresa, e vistado por um responsável do Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas, conforme o modelo do **ANEXO V**.

6.4. A visita deverá ser agendada junto ao Departamento de Trânsito de Dois Vizinhos, antes da abertura da licitação, pelo fone: (46) 3536 1895 ou na sede da Prefeitura Municipal, situado na Avenida Rio Grande do Sul, 130, centro, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, em dias e horários em que haja disponibilidade de um



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

profissional do Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas, para que o mesmo possa passar as orientações necessárias.

6.5. A licitante poderá, caso achar conveniente, realizar vistoria no local para perfeito conhecimento do objeto licitado, inclusive quanto às especificações dos materiais e serviços a serem contratados, de modo a não incorrer em falhas ou omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

6.6. É facultada às licitantes visitar o local onde será executado o serviço até o último dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, com objetivo de inteirar-se das condições necessárias para a elaboração de sua proposta.

6.7. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, as licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

6.8. Se a empresa interessada não achar necessário fazer a visita técnica, a mesma deverá apresentar a **Declaração Formal de Dispensa conforme modelo – ANEXO V.1**, responsabilizando-se o contratado pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude da sua omissão na verificação do local de instalação e execução da obra.

6.9. A Visita Técnica, facultativa, no local da execução da reforma, poderá ser realizada no horário compreendido entre 8h30 às 11h30 e/ou das 14h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, com agendamento prévio com o(a) diretor(a) do Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas no fone (46) 3536 8837.

6.10. O transporte para deslocamento ao local da visita será de inteira responsabilidade das licitantes.

6.11. Tendo em vista a faculdade da realização da visita, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em decorrência da execução do objeto dessa licitação.

6.12. O ato de apresentação de proposta, pelas LICITANTES, implicará a tácita admissão de que a documentação técnica e os esclarecimentos prestados foram julgados suficientes para que os serviços sejam executados nas condições estipuladas pelo CONTRATO e seus anexos.

6.13. Não poderão participar do presente Certame:

a) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista, ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) de capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

b) servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

c) Empresa expressamente declarada inidônea por qualquer órgão da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal, ou que tenha suspenso seu direito de licitar ou impedida de contratar com o licitador;

e) Empresa que faz parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro pode apresentar somente uma única proposta, sob pena de rejeição de todas.

6.14. Não possuir registro impeditivo da contratação:

a) no SICAF,

b) no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência (<https://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>) e

c) no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA) (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) no Cadastro de Impedidos de Licitar do TCEPR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>) e

e) Consulta ao CNEP de empresas com penalidades aplicadas (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>)

f) Caso haja algum registro impeditivo, o licitante será excluído do certame.

7. GARANTIA DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá fornecer como parte integrante de sua Habilitação, a garantia de manutenção da proposta no valor de 1% (um por cento) do teto máximo estimado no edital.

7.2. A garantia deverá ter prazo de validade de, no mínimo, 30 (trinta) dias além do prazo de validade da proposta e igualmente prorrogada no mesmo período da validade das propostas, caso venha ocorrer uma prorrogação do prazo de execução.

7.3. A garantia da proposta deverá estar denominada em Reais (R\$), e poderá ser fornecida em uma das formas previstas no item 8.3 deste edital:

7.4. Toda documentação que não esteja acompanhada de Garantia de manutenção da proposta satisfatória será considerada inadequada aos termos do Edital e, conseqüentemente, será rejeitada pela administração.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

7.5. Os licitantes que não obtiveram êxito em suas propostas, terão sua Garantia de manutenção da proposta restituída em até 60 (sessenta) dias após o período de validade das propostas, devendo o interessado procurar o departamento financeiro da prefeitura de Dois Vizinhos, para obter instruções de como efetuar a retirada da mesma.

7.6. A Garantia de manutenção da proposta do licitante vencedor será liberada quando assinado o Contrato, mediante apresentação da Garantia de Execução, conforme o item 8.

7.7. A Garantia de manutenção da proposta poderá ser executada:

- a) caso o licitante revogue sua proposta durante o período de sua validade, conforme definido na Proposta apresentada; e
- b) se o licitante vencedor, deixar de:
 - (I) assinar o Contrato, de acordo com o item 13; ou
 - (II) apresentar a Garantia de Execução em desacordo com o edital.

8. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1. Anexo a primeira nota fiscal (ou antes), deverá o vencedor prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a de acordo com as modalidades previstas no art. 56 da Lei 8666/93. Caberá ao contratado optar por uma das modalidades de garantias previstas neste artigo.

8.2. A caução inicial será reforçada durante a execução dos serviços contratados, de forma a totalizar sempre 5% (cinco por cento) do valor vigente do contrato (preços iniciais mais aditivos e reajustamentos se houver).

8.3. A garantia e seus reforços poderão ser realizados em uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou título da dívida pública, na conta bancária: Ag. 0919-9 Op.006 CC. 64.295-9;
- b) seguro garantia;
- c) carta de fiança bancária, conforme minuta constante do edital.

8.3.1. No caso de caução em dinheiro, o interessado deverá procurar o Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, para obter instruções de como efetuá-la.

8.3.2. No caso de título da dívida pública, este deverá estar acompanhados de laudo de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, no qual está informada sobre a exequibilidade, valor e prazo de resgate, taxa de atualização, condições de resgate.

8.3.3. No caso de seguro-garantia o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País e em nome do Município de Dois Vizinhos, cobrindo o risco de quebra do contrato, pelo prazo da



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

duração do contrato, devendo a contratada providenciar sua prorrogação por toda a duração do contrato, independente de notificação do município, sob pena de rescisão contratual.

8.3.4. No caso de fiança bancária, esta deverá ser, a critério da licitante, fornecida por um banco localizado no Brasil, pelo prazo da duração do contrato, devendo a contratada providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação do município de Dois Vizinhos, sob pena de rescisão contratual, ressalvados os casos em que a duração do contrato for inferior ao prazo acima estipulado, quando deverá a caução ser feita pelo prazo contratual.

8.3.4.1. Durante o período em que o contrato se encontre oficialmente paralisado ou suspenso não poderá ser exigida a prorrogação das fianças bancárias.

8.4. A garantia prestada pela licitante vencedora lhe será restituída ou liberada após o recebimento definitivo da obra ou serviços.

9. DO ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO

9.1. Os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados em envelope lacrado e identificado, obedecida à sequência das solicitações deste edital.

9.1.1. Habilitação Jurídica:

a) *Se representante legal*, deverá apresentar: o estatuto social, **contrato social com todas as alterações ou consolidado**, ou outro registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso) no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, sendo o objeto social deste compatível ao objeto desta licitação;

b) *Se procurador* deverá apresentar: Instrumento público ou particular de procuração, onde constem poderes específicos para interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do estatuto social, **contrato social com todas as alterações ou consolidado** ou outro registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso) no qual estejam expressos os poderes do mandante para a outorga, sendo o objeto social deste compatível ao objeto desta licitação;

c) *Tratando-se de credenciado*, a carta de credenciamento assinado pelo representante legal que constem poderes específicos para interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do estatuto social, **contrato social com todas as alterações ou consolidado** ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos os poderes do mandante para a outorga sendo o objeto social deste compatível ao objeto desta licitação.

d) Para efeitos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, as **microempresas e empresas de pequeno porte** deverão apresentar, a fim de comprovar o



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

enquadramento: Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, subscrita por quem detém poderes de representação da licitante e por seu contador (conforme modelo – Anexo VII);

e) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);

f) **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, dentro da validade. Havendo incompatibilidade de informações quanto ao objeto constante neste, prevalecerá as informações contidas no Contrato Social (Acórdão do TCU 1203/2011 e 42/2014);

9.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) prova de regularidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante com a apresentação das seguintes certidões:

a.1) a prova de regularidade com a **Fazenda Federal** será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante;

a.2) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**, por meio da apresentação da respectiva certidão negativa de débito (ou positiva com efeito de negativa), ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;

a.3) a prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** será feita por meio da certidão negativa ou positiva com efeito negativo, ou se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal;

b) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);

c) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**).

9.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão negativa de **falência e concordata, e recuperação judicial e extrajudicial** expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) da sede da proponente.

a.1) no caso de empresa em recuperação judicial será necessária uma certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório (TCU Acórdão 1201/2020).



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referente ao último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. (Registrado nos órgãos competentes);

Quando a empresa licitante for constituída por prazo inferior a 1 (um) ano, o balanço anual será substituído por balanço parcial (provisório ou balancetes) e demonstrações contábeis relativas ao período de seu funcionamento. (Registrado nos órgãos competentes);

O Balanço Patrimonial exigível na forma da Lei compreende o Balanço Patrimonial do último exercício social assinado por contador e representante legal da empresa, devidamente acompanhado do Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário e das Demonstrações Contábeis, com o devido registro na Junta Comercial.

*já para as empresas que optaram pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED fica substituído a exigibilidade do registro na Junta Comercial pela apresentação do Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital.

c) O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira da empresa, conforme **ANEXO III**, que deverá ser apresentado devidamente assinado pelo responsável legal da empresa.

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

a) Índice de Liquidez Geral

Que determina o nível de liquidez a partir de cada resposta numérica:

- Se a liquidez geral for maior do que 1, se entende que a empresa possui capital disponível suficiente para arcar com todas as suas obrigações.
- Se a liquidez geral for igual a 1, o capital e as obrigações são equivalentes.
- Se a liquidez geral for menor do que 1, significa que a empresa não possui, hoje, capital suficiente para arcar com todas as suas obrigações.

b) Índice de Solvência Geral

A solvência geral serve para demonstrar quanta garantia a empresa detém em ativos totais, para pagamento do total de suas dívidas. Ou seja, sua capacidade de quitação de todas as pendências.

Em qualquer dos três índices contábeis em licitações tratadas, normalmente, o resultado maior que 1 é considerado bom. Ou seja, o suficiente para demonstrar a qualificação financeira da empresa, por meio do equilíbrio econômico da mesma, o que normalmente acaba sendo solicitado nos editais.

c) Índice de Liquidez Corrente

A liquidez corrente é um indicador utilizado para medir a capacidade que uma empresa possui, a curto prazo, de arcar com todas as suas obrigações.

Também chamado de índice de liquidez comum, o índice de liquidez corrente mede a capacidade de pagamento de uma empresa no curto prazo. Ele é um dos indicadores mais conhecidos para se analisar a capacidade de pagamento de uma companhia;



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

9.1.4. Qualificação Técnica:

a) Certificado de Registro de Pessoa Jurídica emitido pela entidade de classe, contendo no mínimo os seguintes dados: Razão Social; Endereço; Número e data do registro; Ramo de atividade; Nome do(s) responsável(is) técnico(s) registrado(s).

b) Certificado de Registro de Pessoa Física (com atribuição para o objeto licitado) emitido pela entidade de classe, contendo no mínimo os seguintes dados: Nome; Endereço; Número e data do registro e nome do Profissional indicado para esta licitação.

c) Comprovação de que o licitante possui vínculo profissional, na data de abertura desta licitação, com o profissional detentor da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, apresentado para comprovar a capacidade técnico-profissional. **A Comprovação de que o(a) responsável técnico(a)** indicado(a) na Declaração Unificada, pertence ao quadro da empresa poderá ser comprovada das seguintes formas:

a) Se empregado através do Contrato de Trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Ficha de Registro de Empregados, em que conste o licitante como contratante.

b) Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma, contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio.

c) Se o vínculo for de natureza civil apresentar Contrato de prestação de serviços regido pela legislação comum.

d) Declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do mesmo. A contratação do responsável técnico deve ocorrer até a data da assinatura do contrato.

d) Atestado de Capacidade Técnico Operacional: (Conforme Súmula nº 263/2011 do TCU) Atestado(s) e/ou Declaração(s) em NOME DA PROPONENTE, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a empresa prestou serviços idênticos ou similares aos constantes no objeto deste certame, devidamente registrado no órgão de classe.

Obs. 01 – O atestado deverá conter o detalhamento técnico dos serviços prestados, ou que por simples verificação possam comprovar a execução de serviços similares.

Obs. 02 – Serão aceitos atestados que contemplem a execução parcial do objeto, desde que somados compreendam a sua totalidade, sendo que nestes casos os atestados somados terão a validade de um atestado integral.

e) Atestado de visita técnica, vistado pelo responsável do *Departamento de Trânsito* do Município, conforme modelo do ANEXO V do edital, comprovando que o representante designado pela empresa vistoriou os locais onde serão executados os objetos desta licitação e que conhece os locais das execuções dos serviços e as



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

dificuldades que os mesmos possam oferecer, ou **Declaração Formal de Dispensa** conforme modelo ANEXO V.1.

f) Garantia de Manutenção da Proposta conforme item 7 do edital;

g) **Declaração Unificada** (conforme modelo – Anexo VI);

Outros Documentos – Fora do Envelope 1

9.1.5 Para o credenciamento, Se procurador: Instrumento público ou particular de procuração este último poderá ser substituído pela Carta de Credenciamento – **ANEXO I**; (substitui a exigibilidade de uma procuração), deverá estar devidamente assinada pelo responsável legal da empresa, devendo constar o nome da empresa outorgante e também o nome do outorgado, constando ainda a indicação de amplos poderes e o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial. O credenciado deverá apresentar-se munido do documento oficial de identificação.

9.1.6 Termo de Renúncia (caso a empresa queira renunciar o direito ao prazo recursal), conforme modelo anexo, devidamente preenchido, carimbado e assinado pelo responsável legal da proponente – **ANEXO II**.

Obs: Todos os documentos impressos devem preferencialmente ser em papel reciclável.

9.2. DISPOSIÇÕES GERAIS REFERENTES AOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA PARTICIPAÇÃO:

9.2.1. O SICAF será válido se todos os documentos ali elencados estiverem com suas validades vigentes, caso não esteja, será necessário apresentar a documentação atualizada, acompanhando o SICAF, inseridas dentro do Envelope n.º 01, no ato de abertura da licitação.

9.2.2. Os documentos que não apresentarem em seu teor, a data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidos até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública desta Concorrência.

9.2.3. O documento citado no item **8.1.5 (CARTA DE CREDENCIAMENTO – Anexo I)**, deverá ser entregue à comissão de licitação no ato de entrega dos envelopes contendo a documentação e propostas, ou ainda no momento da abertura do certame licitatório, para que o responsável citado no credenciamento possa acompanhar o processo de classificação e julgamento.

9.2.4. O documento citado no item, **8.1.6 (TERMO DE RENÚNCIA – Anexo II)** poderá ser anexado ao envelope n.º 1 acompanhada da documentação exigida no item **8.1** deste instrumento ou ser entregue durante a sessão de abertura quando solicitado pela comissão permanente de licitação.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

9.2.5. A comissão de licitações consultará o cadastro de fornecedores da Prefeitura de Dois Vizinhos ou SICAF, sempre que o licitante houver deixado de apresentar ou houver dúvidas sobre qualquer documento exigido no edital. Se o documento se encontrar no cadastro e estiver apto, o licitante será considerado habilitado.

9.2.6. Se o **licitante** for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome;

9.2.6.1. Se o **licitante** for a filial, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto àqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados em nome e CNPJ da matriz e/ou em nome e com o CNPJ da filial.

9.2.7. Todos os documentos solicitados neste edital deverão ser apresentados em original ou por cópias xerográficas devidamente autenticadas, por cartório ou servidor público municipal, e estarem em plena validade até a data de abertura da licitação.

9.2.8. Todos os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente na ordem solicitada no edital, grampeados ou encadernados, e estar dentro dos respectivos prazos de validade.

9.2.9. Não serão aceitos documentos que contenham corretivos, que estejam ilegíveis, com borrões e rasuras. A proponente poderá ser inabilitada ou desclassificada do certame.

9.2.10. Das Certidões Negativas extraídas da Internet, a Comissão de Licitação poderá, em caso de dúvida, comprovar sua autenticidade através de consulta ao site correspondente.

9.2.11. No caso de existirem, dentro do envelope, cópia(s) de documento(s) sem autenticação, a Comissão de Licitação poderá autenticá-las, desde que sejam apresentados os originais na própria sessão de recebimento dos envelopes “1” e “2”.

9.2.12. Quando existir dúvida em relação à veracidade do atestado, serão solicitados documentos comprobatórios, tais como: cópias de notas fiscais, recibos, contratos, nota de empenho, Demonstrativo de Resultados, devendo ser enviados por e-mail, em até 4 (quatro) horas, contadas da solicitação, e enviados os originais ou cópia autenticada em até 48 horas após a solicitação.

9.2.13. Os envelopes contendo a documentação deverão ser subscritos em sua parte frontal com os seguintes dizeres:

ENVELOPE 1 – HABILITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 004/2023
“IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA”



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

10. PROPOSTA DE PREÇOS (Envelope 2)

10.1. No envelope n.º 2, deverá constar os seguintes documentos impressos, conforme modelos disponibilizados pela Prefeitura:

- PROPOSTA IMPRESSA obrigatoriamente conforme arquivo fornecido pelo município, em papel a-4, com assinatura do responsável legal pela empresa.
- ARQUIVO DE PROPOSTA em meio digital (CD-R ou PEN-DRIVE), para alimentação do sistema de apuração, com todos os dados da proposta devidamente preenchidos, ficando a critério da empresa a opção da mídia a ser utilizada.

10.2. Entregar o CD-R ou PEN-DRIVE da proposta de preços com todos os dados devidamente preenchidos;

10.3. A empresa participante deverá acessar o site <http://www.doisvizinhos.pr.gov.br>, na opção Licitações, **Clique aqui e faça o download do Programa EsProposta**, para baixar o programa que disponibilizará o preenchimento da Proposta, conforme descrito abaixo:

10.4. Deverão ser apresentados os valores por item e total.

10.5. Disposições Gerais Referentes às Propostas:

10.5.1. A apresentação de uma proposta na licitação será considerada como evidência de que a concorrente examinou todas as especificações e demais elementos da Licitação, que os comparou entre si e obteve da Prefeitura através de seus técnicos, informações satisfatórias sobre qualquer ponto duvidoso eventualmente existente, antes de elaborar sua proposta e considera que os elementos da licitação lhe permitem preparar uma proposta de preços completa e totalmente satisfatória.

10.5.2. Fica entendido que as especificações e demais elementos gráficos e técnicos fornecidos pela **Prefeitura Municipal** são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado específico e válido.

10.6. Os envelopes contendo a proposta de preços deverão ser subscritos em sua parte frontal com os seguintes dizeres:

ENVELOPE 2 – PROPOSTA DE PREÇOS
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 004/2023
“IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA”

11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO

11.1. A presente Concorrência será processada e julgada de acordo com o procedimento estabelecido nos artigos 43 e seguintes da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

11.2. No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, na presença dos licitantes ou seus representantes legais que comparecem e demais pessoas que quiserem assistir ao ato, a Comissão de Licitação iniciará os trabalhos, examinando os envelopes de Documentação e Proposta de Preços, os quais serão rubricados pelos seus componentes e licitantes ou seus representantes legais, procedendo a seguir à abertura do envelope “documentação”.

11.3. Os documentos contidos no envelope nº 01 serão examinados e rubricados pelos participantes da Comissão, bem como pelas proponentes ou seus representantes credenciados.

11.4. Na impossibilidade de se realizar o julgamento durante a sessão de abertura, a mesma será suspensa, designando-se o dia para a divulgação do resultado, devidamente publicado ou através de ciência pessoal, para conhecimento de todos os participantes.

11.5. Serão inabilitados da presente licitação os participantes que apresentarem documentação incompleta ou com borrões, rasuras, entrelinhas.

11.6. Se todas as propostas forem inabilitadas, a Administração poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para reapresentação de nova documentação, escoimadas da causa que ensejou a inabilitação, conforme art. 48 da Lei Federal 8.666/93.

11.7. A Comissão de Licitações procederá à abertura dos envelopes nº 02, com ou sem a presença das empresas.

11.8. As propostas contidas nos envelopes nº 02 serão examinadas e rubricadas pelos membros da Comissão de Licitações, bem como pelas partes proponentes ou seus representantes legais presentes, procedendo-se a seguir à leitura dos preços.

11.9. Será considerada vencedora aquela que apresentar **Menor Preço Global**, considerando-se desclassificadas aquelas que apresentarem preços superiores ao preço máximo estabelecido no item 5, subitem 5.1.

11.10. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

11.11. No caso de participação de micro e pequenas empresas nesta licitação, será aplicada às disposições da Lei Complementar n.º 123/2006 e Lei Municipal n.º 1994/2015.

11.12. Devolução dos envelopes 2 – Proposta de Preços às licitantes inabilitadas, com registro em ata do motivo da desclassificação, conforme art. 48, I e II, § 1º, 2º e 3º, Lei 8.663/93;

11.13. Das fases da licitação, ou seja, da abertura do envelope nº 01 “Documentação” e do envelope nº 02 “Proposta de Preços”, será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes presentes, devendo toda e qualquer



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

manifestação ser feita durante os trabalhos de abertura, através de pessoa devidamente credenciada pela empresa proponente.

11.14. Será considerada vencedora aquela que apresentar o Menor Preço Global (maior percentual de desconto) com desconto linear a todos os itens da licitação, considerando-se desclassificadas aquelas que apresentarem preços superiores ao preço máximo estabelecido neste edital

12. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Das decisões proferidas nesta licitação quanto ao julgamento das propostas, habilitação, inabilitação, revogação ou anulação da licitação, caberá recurso, com efeito suspensivo e em única instância, desde que interposto no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados da data de recebimento da respectiva comunicação, sob pena de preclusão, nos termos do art. 109, da Lei Federal nº. 8.666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.

12.2. O recurso poderá ser protocolado no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos ou enviado pelo endereço: iris.bertolini@doisvizinhos.pr.gov.br e dirigido ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis da data da respectiva intimação.

12.3. Interposto o recurso, dar-se-á conhecimento de seus termos aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar do recebimento da respectiva comunicação;

12.4. Decorridos os prazos de interposição de recursos ou julgados os recursos interpostos a Comissão de Licitação ADJUDICARÁ sua decisão e fara a publicação dos atos, obedecendo às fases do processo.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO

13.1. Fica vedada a possibilidade de subcontratação do objeto.

13.2. Adjudicado o objeto da presente licitação, o MUNICÍPIO convocará o adjudicatário para assinar o termo de contrato em até **5 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº. 8.666/93.

13.3. O **MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS** poderá quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas neste edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com o presente edital, ou revogado a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº. 8.666/93.

13.4. O prazo do contrato constante neste instrumento poderá ser prorrogado nas hipóteses e forma a que alude o art. 57, § 1º e 2º da Lei Federal nº. 8.666/93.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

13.5. A empresa adjudicatária fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos ou supressões que se fizerem na contratação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato, conforme prevê o §1º do art. 65, da Lei Federal nº. 8.666/93.

14. CONDOTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

14.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 16480, de 30 de julho de 2020.

14.2. Conforme disposto no Decreto nº 16480 em seu Art. 4º Constituem atos lesivos à administração pública, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas neste Decreto, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

15. DA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

15.1. A contratada deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual – EPI.

15.2. A contratada deverá treinar e tornar obrigatório o uso de EPI's.

15.3. O equipamento de proteção individual fornecido ao empregado deverá, obrigatoriamente, conter a identificação da contratada.

15.4. A Contratada, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Lei nº 6.514 de 22/12/77 – Portaria nº 3.214, de 08/06/78, Normas Regulamentares – NRs 01 a 33 e, em especial as NRs 04, 05, 06 e 18.

15.5. A contratada não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores.

16. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1. A execução dos serviços será conforme as especificações contidas nos anexos deste edital.

16.2. A proponente vencedora da licitação deverá até o início dos serviços, recolher e apresentar a Administração Municipal a **ART ou documento equivalente**, sob pena de suspensão dos pagamentos e do próprio contrato. Na ART ou documento equivalente deverá constar o Número do Contrato.

16.3. A proponente deverá ter todos os equipamentos necessários para a realização dos serviços.

16.4. A Gestão do contrato será feita pelo responsável pela Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas, Sr. Nilton de Almeida.

16.5. A fiscalização dos serviços será feita pelo servidor Nilson Rodrigo Dalmagro sendo seu suplente o servidor Valmir Berdnarski.

16.6. Os produtos utilizados para execução do objeto deverão ser de primeira linha e estar em conformidade com as normas da ABNT e INMETRO em sua versão mais recente.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

16.7. Os materiais, bem como os serviços, deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO e demais órgãos, atentando-se o proponente, principalmente para prescrição do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

16.8. Comprovado que o produto fornecido não corresponde às especificações constantes na proposta ou apresente alguma divergência, será o mesmo devolvido ao contratado, obrigando-se este a substituí-lo no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem qualquer ônus para a Administração e sem prejuízo das sanções previstas no presente edital.

16.9. Todo o material a ser empregado na obra deverá ser comprovadamente de primeira qualidade, sendo respeitadas as especificações referentes aos mesmos.

16.10. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS EQUIPAMENTOS

RADAR FIXO – Locação de solução integrada, objetivando a prestação de serviços de monitoramento, registro e fiscalização de trânsito através de equipamentos eletrônicos, conforme as especificações abaixo:

1.1. Instrumento com capacidade de medição e registro de velocidade de veículos, utilizando sensores no pavimento ou não, com captação automática de imagens através de câmeras eletrônicas, com capacidade para monitorar até 4 (quatro) faixas de trânsito simultaneamente, respeitando as exigências legais, inclusive as resoluções atualizadas pelo CONTRAN.

1.2. Equipamentos de fiscalização eletrônica para detecção de infrações por excesso de velocidade e registro de imagens do tipo fixo, com disponibilização de infraestrutura mecânica e eletrônica, link para comunicação on-line e aferição da faixa fiscalizada junto ao INMETRO.

16.11. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. Os equipamentos de fiscalização eletrônica deverão realizar a medição de velocidade, o registro da imagem dos veículos infratores por excesso de velocidade e contagem estatística.

1.2. Os equipamentos deverão operar com transmissão on-line dos dados registrados para a Central de Processamento de Imagens/Autos de Infrações.

1.3. Os equipamentos deverão estar aptos a funcionar com alimentação elétrica decorrente alternada, 60 (sessenta) Hz extensão de entrada de 110/220 Volts, com variações previstas na regulamentação vigente.

16.12. DETECÇÃO DA VELOCIDADE DOS VEÍCULOS:

1.1. O equipamento deverá detectar a velocidade dos veículos que transitarem pela via através de sensores na pista ou por sensores tipo Doppler ou Laser.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1.2. O cálculo da velocidade dos veículos deverá ser realizado através de um dispositivo dedicado, microprocessado, que deverá ser lacrado pelo INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial, ou órgão por ele credenciado, bem como atender às disposições da Portaria 544-2014 do INMETRO e demais regulamentações do CONTRAN– Conselho Nacional de Trânsito.

16.13. INSTALAÇÃO:

1.1. O equipamento deve ser dotado de sensores no pavimento ou Doppler ou laser.

1.2. A CONTRATADA deverá realizar, sem ônus à Administração, todos os serviços necessários para o correto funcionamento dos equipamentos eletrônicos de fiscalização.

16.14. PROTEÇÕES:

1.1. O equipamento deverá possuir proteções contra descargas atmosféricas e distúrbios na rede de distribuição de energia elétrica.

1.2. O equipamento deverá possuir “nobreak” ou sistema de baterias que assegurem seu funcionamento por um período mínimo de 30 (trinta) minutos sem energia elétrica comercial.

1.3. Caso ocorram problemas ligados à rede elétrica ou devido a descargas atmosféricas, o equipamento deverá manter armazenados todos os dados, imagens, relógio e parâmetros para seu correto funcionamento.

16.15. VANDALISMO E INTEMPÉRIES CLIMÁTICAS:

1.1. Os equipamentos eletrônicos de fiscalização deverão apresentar estrutura resistente, dificultando atos de vandalismo que venham a danificá-los. As caixas ou invólucros que abrigamos componentes eletrônicos e sistema óptico de câmeras, lentes e iluminadores auxiliares, devem ser constituídos de aço.

1.2. O acesso a qualquer parte eletrônica ou óptica (câmeras e lentes) dos equipamentos de fiscalização deve ser possível somente mediante ferramentas e chaves exclusivas, evitando assim danos internos e roubos.

16.16. SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE IMAGENS:

1.1. As imagens dos veículos deverão ser capturadas com o uso de câmeras eletrônicas, sendo no mínimo 1 (uma) para cada faixa de trânsito, cujas imagens deverão ser gravadas digitalmente.

1.2. Não será permitido o uso de câmeras que utilizem filme que necessite de revelação química.

1.3. As imagens devem apresentar qualidade suficiente para possibilitar a identificação da placa e do modelo do veículo durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1.4. Durante a noite não será permitido o uso de nenhum tipo de iluminação visível a olho nu evitando ofuscamento da visão dos condutores, devendo ser utilizada iluminação no espectro infravermelho;

1.5. O equipamento deverá possibilitar a captura das imagens dos veículos pela sua parte dianteira ou traseira.

1.6. O equipamento deverá apresentar índice de aproveitamento das imagens dos veículos infratores, que tenham suas imagens registradas e qualidade aceita como válidas, de no mínimo 80% (oitenta por cento) no período diurno e de no mínimo 70% (setenta por cento) no período noturno. Armazenadas automaticamente e eletronicamente, as imagens capturadas deverão apresentar definição e qualidade de modo a servir como prova visual incontestável do cometimento da infração.

1.7. A CONTRATADA que apresentar por 2 (duas) vezes durante a vigência do contrato um índice de aproveitamento inferior a 80% (oitenta por cento) das imagens terá o contrato rescindido pela Administração e arcando com todas as penalidades previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

16.17. ARMAZENAMENTO DE DADOS:

1.1. Os equipamentos eletrônicos de fiscalização deverão armazenar todos os dados capturados de forma agrupada, gerando arquivo contendo todos os dados referentes à identificação do equipamento e seu local de instalação como também os dados capturados de cada veículo incluindo suas imagens quando for o caso.

1.2. Para cada veículo detectado o equipamento eletrônico de fiscalização deverá registrar no mínimo os seguintes dados:

- a) Local;
- b) Data (dia/mês/ano);
- c) Hora (hora: minuto: segundo);
- d) Velocidade Regulamentada;
- e) Velocidade Medida;
- f) Velocidade Considerada;
- g) Tipo de veículo;
- h) Pista em que o veículo trafegou;
- i) Identificação do local (código do ponto);
- j) Imagens do veículo (caso seja infrator/irregular);
- k) Numeração sequencial das imagens capturadas;
- l) Data da última verificação/aferição;
- m) Tipo de infração cometida (código de enquadramento de infração conforme CTB).

1.3. O equipamento deverá dispor de recursos que possibilitem a identificação do tipo de veículo que transitam no ponto da via na qual estejam instalados, classificando-os em pequeno ou grande porte, apresentando percentual de acerto mínimo de 90% (noventa por cento) do total de imagens registradas.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1.4. Os arquivos gerados pelos equipamentos eletrônicos de fiscalização deverão ser criptografados através de algoritmo que utilize uma chave de no mínimo 2048 bits não permitindo o uso das informações em sistema não compatível. Estes dados (estatísticos e imagens) deverão ser descriptografados por usuário e senha habilitados para tal função e com o respectivo software.

1.5. Todos os dados capturados como também os softwares necessários para o correto funcionamento do equipamento eletrônico de fiscalização deverão ser gravados em disco rígido local, não sendo permitida a utilização de discos rígidos removíveis.

1.6. Todas as informações (com ou sem imagens) deverão ser gravadas em arquivos, formando lotes, criados em intervalos de tempo com passos programáveis, independentemente da quantidade de veículos capturados, contendo um registro para cada veículo.

16.18. COLETA DAS IMAGENS E FLUXO:

1.1. O equipamento deverá obrigatoriamente efetuar a transferência de dados e imagens através de conexão remota ("on-line") com a Central de Processamento de Imagens/Autos de Infrações.

1.2. A conexão de dados entre os equipamentos eletrônicos de fiscalização e a Central de Processamento de Imagens/Autos de Infrações, deverá ser baseada em tecnologia capaz de manter o "link" de transmissão conectado 24 (vinte e quatro) horas por dia com largura de banda suficiente para suprir a demanda de geração de dados.

1.3. Para casos em que o "link" de transmissão entre equipamento eletrônico de fiscalização e a Central de Processamento de Imagens/Autos de Infrações esteja inoperante, a CONTRATADA deverá realizar a coleta manual de dados de forma local até o restabelecimento da transmissão de dados online. Esta coleta de dados deverá ser realizada por software dedicado que possibilite a transferência dos dados e imagens de forma automática e de modo a impedir a interferência humana no processo de cópia dos dados.

1.4. No caso de falha na conexão de dados entre equipamento e Central de Processamento de Imagens/Autos de Infrações, mesmo sendo realizada coleta manual, os dados registrados localmente referentes ao período de operação "offline" devem ser imediatamente transferidos assim que a conexão remota for restabelecida.

1.5. As imagens deverão ser enviadas diariamente para Central de Processamento de Imagens/Autos de Infrações, caso a conexão não possa ser restabelecida e a coleta tenha que ser manual, não poderá ultrapassar o período de 7 (sete) dias para que as imagens estejam servidor de processamento para que a equipe possa analisar as imagens no software de pré-processamento.

1.6. Os dados deverão permanecer armazenados localmente nos equipamentos até serem corretamente transferidos para a Central de Processamento de Imagens/Autos de



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

Infrações, podendo ser descartados após confirmação de sua recepção. Este processo deve ocorrer automaticamente através do “software” do sistema.

1.7. Não será permitida a coleta das informações através da substituição de dispositivos de gravação do equipamento (HD, CD-ROM ou similar).

1.8. Deverá ser possível a sincronização entre os relógios do servidor e dos equipamentos de fiscalização eletrônica e em casos excepcionais, de coleta manual, entre o relógio do computador portátil e do equipamento.

1.9. Deverão ser gerados relatórios de desempenho de coleta e local contendo quantidade de veículos detectados (fluxo), quantidade de imagens transmitidas.

1.10. A transmissão de imagens de veículos detectados que estejam em situação irregular deverá ser priorizada de modo a não haver atraso na recepção da informação maior que 6 (seis) segundos em relação ao seu fato gerador.

1.11. O equipamento deverá possibilitar o ajuste de parâmetros de configuração local através de conexão remota (“on-line”) com a Central de Processamento de Imagens/Autos de Infrações e também através de conexão física com computador portátil, tais como:

1.11.1. Ajuste de relógio do equipamento, garantindo o correto registro de data e hora das imagens.

1.11.2. Ajuste de parâmetros de descarte dos dados já importado e registrado pelo sistema de processamento de dados da Central de Processamento de Imagens/Autos de Infrações.

16.19. OPERAÇÃO DO EQUIPAMENTO:

1.1. O equipamento deverá operar em modo contínuo, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia por 7 (sete) dias da semana.

16.20. AFERIÇÃO/PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO:

1.1. Após a implantação dos equipamentos a licitante CONTRATADA deverá entregar à Administração, os laudos de aferições de cada uma das faixas fiscalizadas, bem como Portaria de Homologação do equipamento implantado.

1.2. Ao final de cada 12 (doze) meses a CONTRATADA deverá entregar uma mídia eletrônica com todas as imagens registradas pelos equipamentos locados.

16.21. SINALIZAÇÃO VERTICAL:

1.1. Para cada equipamento instalado na via, deverá ser implantada sinalização vertical, de acordo com a Legislação de Trânsito Vigente informando a existência de equipamento de fiscalização eletrônica, bem como a associação dessa informação à placa de regulamentação de velocidade máxima permitida no local, sem ônus à Prefeitura.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

16.22. ENERGIA:

1.1. A CONTRATADA irá se responsabilizar por toda a ligação elétrica junto à concessionária de energia e ao consumo de energia necessário para a operação dos equipamentos instalados no Município.

16.23. SISTEMA DE OCR:

1.1. O Sistema ofertado, bem como as licenças fornecidas pela empresa CONTRATADA deverão dispor no mínimo das seguintes especificações técnicas:

1.1.1. O Software e o banco de dados do sistema deverão estar hospedados em estrutura de servidores disponibilizada pela fornecedora do sistema, sendo capaz de monitorar ininterruptamente e de forma automática todas as câmeras de OCR instaladas no município, promovendo o monitoramento de todas as imagens e dados recebidos, com no mínimo, as seguintes características e funcionalidades:

1.1.1.1. O Software deverá ser acessível através de navegador web, não necessitando de instalação de programa específico local para seu acesso e funcionamento.

1.1.1.2. Deverá ser acessível, no mínimo, através dos navegadores Mozilla Firefox e Google Chrome.

1.1.1.3. O Software deverá possuir aplicativo próprio, no mínimo, para plataformas iOS (Apple) e Android, permitindo, no mínimo as funcionalidades de consulta de passagens, inclusão de notificações (listas de restrição) e recebimento de notificações de passagens restritas.

1.1.1.4. A utilização do aplicativo deverá ser restrita a usuários previamente autorizados e cadastrados no software de monitoramento.

1.1.1.5. Visando a distribuição e atualização do aplicativo, este deverá estar disponível, no mínimo, nas lojas de aplicativo oficiais das plataformas iOS e Android (App Store e Play Store).

1.1.1.6. O acesso ao Software deverá ser efetuado somente por pessoas previamente cadastradas, inicializando-se através da digitação de um endereço web no navegador local da máquina de acesso, com a digitação de login de usuário e senha de acesso.

1.1.1.7. O acesso ao Software deverá ser registrado em log, contendo os dados do usuário, data e hora de acesso ao sistema.

1.1.1.8. O Software deverá permitir o cadastro de um ou mais gerentes do sistema, os quais terão acesso a todas as suas funcionalidades, e eles serão os responsáveis pelo cadastramento de novos usuários.



Município de **Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

1.1.1.9. A responsabilidade de cadastro de novos usuários poderá ser delegada pelo gerente do sistema a outros operadores, de acordo com os níveis de acesso que estes receberem do gerente do sistema.

1.1.1.10. O Software deverá permitir a alteração da senha pelos seus usuários, sempre que desejado.

1.1.1.11. O Software deverá permitir a expiração de acesso dos usuários ao sistema, de forma automática, com periodicidade configurável, de modo a ampliar os controles de uso da ferramenta.

1.1.1.12. Os gerentes ou usuários por eles autorizados poderão reativar a autorização de acesso ao sistema para estas permissões expiradas, inclusive exigindo ou não a alteração da senha de acesso.

1.1.1.13. O Software deverá atribuir diferentes níveis de acesso a cada um de seus usuários, os quais são definidos pelo gerente do sistema ou outro usuário por ele delegado, no momento do cadastro do usuário.

1.1.1.14. O Software deverá possibilitar que o responsável pelo cadastro de novos usuários possa definir que cada usuário do sistema, de forma independente, possa acessar o sistema através de um endereço IP (internet protocolo) específico ou que seu acesso se realize através de qualquer máquina dotada de navegador web compatível com o Software de monitoramento. Esta definição, na prática, restringirá que determinado usuário possa acessar o Software de monitoramento somente num endereço de IP permitido ou que este possa acessar o Software de qualquer local.

1.1.1.15. O Software deverá permitir a inabilitação de usuários que deixarem de ter autorização para acesso ao sistema, porém deverá manter todos os históricos de cadastros e ações destes efetuados anteriormente na aplicação. A inabilitação deverá ser efetuada pelo gerente do sistema ou usuário por ele delegado.

1.1.1.16. O Software deverá permitir que os usuários que tenham sido inabilitados possam voltar a ter seu acesso ao sistema. A liberação do acesso deverá ser feita pelo gerente do sistema ou usuário por ele delegado.

1.1.1.17. O Software deverá registrar em log todas as operações de criação de novos usuários e inabilitação de usuários, de modo a identificar a data, a hora e o usuário do sistema que efetuou cada cadastro de usuário do sistema.

1.1.1.18. Software deverá permitir o cadastro de diferentes órgãos para acesso ao sistema, como por exemplo: SMTT, Polícia Militar, Polícia Civil, entre outras diferentes corporações ou órgãos que poderão se utilizar da ferramenta de monitoramento. Estes órgãos poderão ainda ser subdivididos em sub-órgãos, com o objetivo de organizar as ações de monitoramento dos veículos, com seus devidos níveis de sigilo.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

1.1.1.19. Cada usuário do sistema deverá estar vinculado a um órgão, podendo este ainda estar enquadrado dentro de um sub-órgão.

1.1.1.20. O Software deverá gerar logs de criação de órgãos e sub-órgãos na aplicação, permitindo a identificação de data, hora e usuário que cadastrou este novo órgão ou sub-órgão.

1.1.1.21. O Software deverá permitir a criação de listas de placas específicas, denominadas listas negras, as quais poderão ser criadas por usuários que tenham tal nível de permissão, com o objetivo de monitoramento destes veículos. Exemplos de listas negras são: veículos suspeitos, veículos roubados, veículos clonados, placas frias, entre outros.

1.1.1.22. Ao criar as listas negras, o Software deverá permitir que o usuário atribua a cada uma um alerta sonoro e visual específico, visando facilitar o monitoramento dos veículos.

1.1.1.23. Ao cadastrar uma placa nas listas negras, o Software deverá permitir que o usuário efetue o monitoramento desta placa apenas para o seu próprio usuário ou registrá-la vinculando ao seu órgão/sub-órgão.

1.1.1.24. Quando ocorrer a identificação da passagem destes veículos pelo sistema, o software deverá emitir alertas visuais e sonoros para o usuário específico que a cadastrou ou aos usuários pertencentes àquele órgão ou sub-órgão. Poderá também compartilhar esta placa constante na lista negra com outros órgãos ou sub-órgãos cadastrados no sistema.

1.1.1.25. O usuário poderá selecionar em quais câmeras, caso o veículo seja identificado, o software deverá emitir os alertas de passagem.

1.1.1.26. Ao cadastrar uma placa na lista negra, o usuário poderá configurar o envio de notificações através de mensagens eletrônicas para telefones celulares (SMS's); através de correio eletrônico e através do envio de pushes para os usuários com aplicativo instalado em seus telefones celulares, quando da passagem deste veículo pelas câmeras de OCR.

1.1.1.27. O sistema deverá permitir a sua utilização por múltiplos usuários simultaneamente, respeitando, no mínimo:

1.1.1.27.1. Cada usuário logado no Software poderá fazer seu monitoramento e interações no sistema de forma independente, sem interferir nas ações e monitoramentos dos demais usuários, exceto o cadastro de veículos em listas negras compartilhadas para outros órgãos e sub-órgãos.

1.1.1.27.2. O sistema deverá manter sua performance com, no mínimo, 100 usuários utilizando simultaneamente a plataforma.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1.1.1.28. O Software deverá permitir o cadastro de cada ponto monitorado na via, informando no mínimo, código do local, endereço de instalação e seu georreferenciamento. O ponto monitorado poderá ter uma ou mais câmeras agrupadas a ele, devendo ser possível cadastrar um código independente para cada uma das câmeras de monitoramento, a identificação da faixa e o sentido de circulação da via por ela monitorada, quando informados pela câmera.

1.1.1.29. O Software deverá permitir a importação das bases de dados de veículos e dos arquivos de restrição de circulação de veículos (furto e documentação vencida) fornecidos pelo DETRAN.

1.1.1.30. A base de dados cadastrais será disponibilizada com a periodicidade de uma vez por semana, enquanto que as bases de veículos restritos serão disponibilizadas três vezes a cada semana.

1.1.1.31. O arquivo restrição será disponibilizado em formato *.txt, em FTP, com o layout: Placa (tamanho 7) + número restrição (tamanho 1). Sem cabeçalho e sem filler.

1.1.1.32. O arquivo contendo a base de dados do DETRAN será disponibilizado no formato .txt, em FTP e terá o layout descrito abaixo:

- a) Placa
- b) Código Marca
- c) Código Cor
- d) Código Tipo Veículo
- e) Código Espécie
- f) Código Categoria
- g) Código Cidade
- h) Ano Fabricação
- i) Ano Modelo
- j) Lugares

*Serão fornecidos arquivos complementares referentes aos dados disponibilizados (codificação de marcas, modelos, tipos, categorias, espécies, município, cor e combustível);

1.1.1.33. Os arquivos contendo as bases cadastrais e de veículos restritos serão disponibilizados em endereço FTP indicado pela Contratante, e a cada arquivo disponibilizado, o Software deverá efetuar a importação automática destes arquivos no sistema em no máximo uma hora.

1.1.1.34. O Software deverá possuir tela de monitoramento e menus com as funcionalidades mínimas previstas neste termo de referência.

1.1.1.35. A tela de monitoramento deverá possibilitar a visualização das placas recebidas pelos equipamentos de OCR, permitindo filtrar por, no mínimo: Ponto(s) monitorado(s); câmera(s) de OCR e sentido de monitoramento, além disso, também



Município de **Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

possuir ou permitir compatibilidade com equipamentos de OCR que a CONTRATANTE venha a adquirir futuramente.

1.1.1.36. A seleção de pontos ou câmeras de monitoramento deverá permitir que sejam selecionadas qualquer quantidade de pontos de monitoramento ou câmeras, entre uma e a totalidade de câmeras instaladas no município. Esta seleção poderá ser realizada através de lista e/ou através da seleção em mapa.

1.1.1.37. A tela de monitoramento deverá manter, no mínimo, as últimas 20 imagens recebidas das câmeras de OCR em formato “miniatura”, bem como mostrar os últimos 20 registros recebidos em forma de lista, contendo: horário da leitura, placa e identificação da câmera.

1.1.1.38. Na tela de monitoramento, o Software deverá apresentar os registros coletados pelas câmeras ou pontos de monitoramento selecionadas, e ainda permitir que seja filtrada a visualização para: todos os veículos; veículos com registro de furto; veículos com documentação vencida ou listas negras, de forma individual ou combinada.

1.1.1.39. A apresentação da passagem do veículo na tela de monitoramento deverá ocorrer em tempo inferior a 10 (dez) segundos de sua disponibilização pela câmera de OCR.

1.1.1.40. Para cada veículo apresentado na tela de monitoramento, o Software deverá informar os dados de passagem: data, hora, local e câmera que o identificou, e os dados do veículo: marca, modelo e cor (quando disponibilizados pelo DETRAN), vinculados a cada imagem correspondente a sua passagem.

1.1.1.41. O Software deverá confrontar as placas lidas e recebidas pelos equipamentos de OCR, com os arquivos de veículos com restrição de circulação recebidos pelo DETRAN, bem como das listas negras de veículos cadastrados manualmente pelos usuários do sistema.

1.1.1.42. A tela de monitoramento deverá permitir a emissão de alertas visuais e sonoros específicos para cada tipo de restrição informada pelo DETRAN, constantes nas listas negras específicas e notificações enviadas pelo Ministério da Justiça.

1.1.1.43. A tela de monitoramento deverá permitir a seleção dos registros recebidos (e nela apresentados) para visualização da imagem em maior dimensão e apresentação de dados mais detalhados de veículo e de passagem (marca, modelo, cor, endereço da passagem e sentido de circulação da via).

1.1.1.44. Selecionando-se o registro para a visualização em maior dimensão, o software deverá permitir o ajuste de brilho e contraste desta imagem.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1.1.1.45. Selecionando-se o registro para a visualização em maior dimensão, o software deverá permitir a seleção de visualização da imagem em negativo ou em positivo.

1.1.1.46. Selecionando-se o registro para a visualização em maior dimensão, o software deverá permitir a visualização da imagem com efeito “lupa”, posicionando o cursor sobre ela.

1.1.1.47. Selecionando-se o registro para a visualização em maior dimensão, o software deverá conter botão de atalho para a apresentação de passagens de todos os veículos que transitaram pelo mesmo local do veículo selecionado, apresentando-as em formato de listas, com a opção de seleção para, no mínimo, os últimos 1 (um) minuto; 5 (cinco) minutos ou 30 (trinta) minutos.

1.1.1.48. Selecionando-se o registro para a visualização em maior dimensão, o software deverá conter botão de atalho para a apresentação de passagens deste mesmo veículo em todos os outros locais, apresentando as em formato de listas, com seleção de, no mínimo: na última 1 (uma) hora; nas últimas 24 (vinte e quatro) horas e nos últimos 7 (sete) dias.

1.1.1.49. O Software deverá permitir o envio de notificações informando acerca da passagem de veículos constantes no cadastro de listas negras ou de veículos furtados, através de envio de SMS (ou por outro aplicativo de mensagens); e/ou por e-mails para destinatários cadastrados, à escolha de quem a cadastrou; e/ou por pushes automáticos para os usuários que tiverem aplicativos instalados em seus smartphones. As notificações deverão informar, no mínimo: a placa do veículo; a câmera de passagem; marca e modelo (se estiverem na base de dados do DETRAN).

1.1.1.50. O Software deverá permitir a consulta de histórico de veículos que passaram pelas câmeras de OCR, filtrando-se estas consultas por, no mínimo: data da passagem; ponto de captura; câmera de OCR; placa (contendo todos os caracteres ou substituindo-os parcialmente por “coringas”) e dados do veículo (marca, modelo, cor e município de emplacamento). A filtragem pelos dados de veículos estarão condicionadas ao fornecimento dos arquivos de dados do DETRAN. O resultado da consulta de histórico deverá permitir, no mínimo:

1.1.1.50.1. Exibição em forma de lista das passagens que atendam ao filtro solicitado, exibindo, no mínimo, data, hora, placa e local.

1.1.1.50.2. Os resultados obtidos deverão permitir a exibição da imagem capturada.

1.1.1.50.3. A exibição dos resultados deverá ser, no mínimo, em forma de lista e em miniaturas da imagem capturada.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

1.1.1.50.4. O resultado da consulta deverá permitir a plotagem em mapa da rota realizada por um ou mais veículos contidos no resultado.

1.1.1.50.5. A rota plotada sobre o mapa deverá permitir a apresentação das identificações de acordo com o tempo, exibindo além dos pontos onde a imagem foi capturada, a linha que liga um ponto ao outro e também os dados de cada uma das passagens com sua imagem.

1.1.1.50.6. Os resultados deverão permitir a exportação em, no mínimo, formato pdf e csv.

1.1.1.50.7. O software deverá permitir a exportação das imagens referentes aos resultados obtidos.

1.1.1.50.8. A pesquisa realizada, bem como os filtros utilizados, deverá permitir o compartilhamento com outros usuários da plataforma gerando um link de acesso que poderá ser enviado por SMS ou copiado em tela.

1.1.1.51. O Software deverá permitir a consulta à Base de Dados disponibilizada pelo DETRAN, através da digitação total ou parcial da placa (em, no mínimo, até 3 caracteres coringas). O resultado desta busca deverá trazer os dados de cadastro do veículo (marca, modelo e cor), em todas as possíveis combinações de placas resultantes desta consulta.

1.1.1.52. O Software deverá permitir o acompanhamento em tempo real (respeitando-se a tolerância de até 10 segundos da disponibilização da imagem pela câmera) de um determinado veículo através de lista de passagens.

1.1.1.53. Selecionando-se este veículo, o Software deverá apresentar uma a uma as passagens deste veículo em forma de lista, informando, no mínimo, a data; hora e câmera da passagem.

1.1.1.54. O software deverá permitir a identificação de “veículos batedores”, através da consulta de passagem de um determinado veículo. Para atender a esta funcionalidade, o usuário pesquisará a passagem de um determinado veículo e solicitar a comparação de sua passagem em dois ou mais locais, de modo a identificar veículos coincidentes que acompanharam este veículo nos locais pesquisados. A pesquisa deverá permitir a comparação das passagens em passos de minutos, em até cinco minutos de cada passagem.

1.1.1.55. O Software deverá possibilitar, no mínimo, a geração de relatórios de:

1.1.1.55.1. Listagem do fluxo de veículos (filtrados por pontos de captura ou câmeras de OCR).



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1.1.1.55.2. Listagem de fluxo de veículos com registros de restrição capturados pelo sistema (filtrados por tipo de restrição e por pontos de captura ou câmeras de OCR).

1.1.1.55.3. Listagem de fluxo de veículos cadastrados nas listas negras (filtrados por pontos de captura ou câmeras de OCR). Esta listagem somente poderá ser visualizada por usuários com permissão de monitoramento de cada lista negra.

1.1.1.55.4. Relatórios quantitativos diários de fluxo de veículos (filtrados por pontos de captura ou por câmera de OCR).

1.1.1.55.5. Relatórios quantitativos diário do fluxo de veículos restritos (filtrados por tipo de restrição e por pontos de captura ou câmeras de OCR).

1.1.1.56. O software deverá armazenar todos os dados e imagens coletadas pelos Módulos de Captura, de forma a permitir sua consulta futura, em um período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias.

1.1.1.57. O software deverá disponibilizar mapa georreferenciado dos locais de instalação dos pontos de monitoramento.

1.1.1.58. O software deverá permitir a integração dos seus registros com, no mínimo, as seguintes plataformas: Alerta Brasil 03; Sistema Bravo; Sistema Hórus e Sistema CórTEX, respeitando as regras e padrões utilizados em cada um dos sistemas, o sistema deverá estar apto à integração de qualquer outro sistema / plataforma de alerta utilizado no Brasil.

1.1.1.59. Quando a integração com outras plataformas retornar qualquer tipo de notificação referente aos registros integrados, o software deverá exibir de forma visual e sonora um alerta. A notificação também deverá exibir os dados retornados, bem como a imagem do registro.

1.1.1.60. O software deverá permitir o compartilhamento das informações com outras cidades que utilizarem a mesma plataforma, desde que autorizado e que o usuário tenha permissão para tal.

1.1.1.61. A plataforma deverá permitir ao usuário a solicitação de acesso aos dados de outras cidades que utilizam a mesma plataforma, o qual deverá ser autorizado ou negado pelo responsável da cidade solicitada.

1.1.1.62. Quando autorizado o acesso a diferentes cidades, o usuário poderá visualizar na tela de monitoramento todos os registros de sua cidade e também das demais cidades autorizadas. Além dos dados exibidos na tela de monitoramento, o usuário autorizado também poderá consultar os históricos de passagem em todas as cidades autorizadas.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1.1.1.63. O software deverá permitir a geração de log de todas as pesquisas de histórico de passagem e seus filtros. O registro ou não dos logs deverá ser realizado de acordo com o interesse do responsável pelo órgão. O log gerado deverá permitir sua exibição através de tela específica na plataforma, possibilitando, no mínimo, o filtro por tipo de atividade realizada, período e usuário.

1.1.1.64. O Software deverá apresentar em mapa georreferenciado, através da identificação por escala de cores (Mapa de Calor) os locais que registram maiores e menores incidência de circulação de “Fluxo de veículos”.

1.1.1.65. O Software deverá apresentar em mapa georreferenciado, através da identificação por escala de cores (Mapa de Calor) os locais que registram maiores e menores incidência de circulação de “Veículos Restritos”.

1.1.1.66. O Software deverá apresentar em mapa georreferenciado, através da identificação por escala de cores (Mapa de Calor) os locais que registram maiores e menores incidência de circulação de “Veículos Restritos/Fluxo de veículos” (proporção de veículos com registro de restrição que circulam, com relação ao fluxo total de veículos).

1.1.1.67. O Software deverá possuir um API para integração com sistemas existentes no ambiente da contratante, este API deverá possibilitar consultas de maneira automatizada a leituras processadas e armazenadas pelo sistema da CONTRATADA. As consultas disponíveis no API devem ser no mínimo, iguais às disponibilizadas na tela de monitoramento.

1.1.1.68. Findado o contrato, fica a CONTRATADA responsável por disponibilizar a base de dados de todo o histórico armazenado em seu sistema das leituras feitas pelos equipamentos da contratante. Esta base de dados deverá ser disponibilizada de maneira digital em formato compatível com o ambiente da contratante.

1.1.1.69. Deve ser disponibilizado ao CONTRATANTE forma de acesso direto ao banco de dados (Acesso somente leitura) nos registros de leitura e na lista de veículos e ou pessoas com restrições (Black-List).

16.24. SISTEMA E CENTRAL DE PRÉ-PROCESSAMENTO DE IMAGENS

1.1. DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE IMAGENS

1.1.1. O Sistema de Central de Pré-processamento de Imagens proposto deverá ser capaz de receber de forma On-line os dados e imagens transmitidos pelos equipamentos de campo.

1.1.2. As imagens transmitidas on-line pelos equipamentos de campo deverão permitir na Central de Pré-processamento de Imagens a perfeita identificação visual da marca, modelo e placa do veículo infrator.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

1.1.3. A Central de Pré-processamento de Imagens deverá automaticamente, ou seja, sem intervenção humana, ser capaz de receber os dados e imagens, dos equipamentos em operação, em intervalos pré-programados de forma a permitir.

1.1.3.1. Efetuar média de velocidade por pista, equipamento, ou região.

1.1.3.2. Gerar estatísticas de velocidade e tamanho dos veículos em trânsito nas vias fiscalizadas.

1.1.4. Todo o processo executado na Central de Pré-processamento de Imagens e nos equipamentos de campo deverá ter o acesso controlado por código de usuário e senha de acesso.

1.1.5. As imagens originais digitais, vindas dos equipamentos de campo, sofrerão análise e validação para a produção dos AIT eletrônicos.

1.1.6. PODERÃO EXISTIR 02 (DOIS) TIPOS DE IMAGENS:

1.1.6.1. Imagens válidas – são aquelas inicialmente aprovadas que se tornarão:

*Imagens consistentes – validadas e aprovadas que efetivamente se tornarão AIT eletrônicos;

*Imagens inconsistentes – recusadas em decorrência de situações independentes da qualidade dos registros gerados pelos equipamentos: veículos em situação de emergência, placas ilegíveis, veículos sem placas, placas adulteradas, reflexo sem função do sol, veículos entre faixas, e outras que impeçam a validação da imagem.

1.1.6.2. Imagens inválidas – as não aprovadas por problemas diversos apresentados pelos equipamentos: má regulagem do foco; interferências; ofuscamento; falta de iluminação; falhas do equipamento ou de seu respectivo software; e outras que impeçam a validação da imagem.

1.1.7. Serão analisadas em uma ou mais etapas todas as imagens geradas pelos equipamentos de campo e as imagens consistentes serão utilizadas para a elaboração dos AIT eletrônicos correspondentes.

1.1.8. A consulta às imagens (originais, back-up, válidas e inválidas) deverá possuir flexibilidade de pesquisa por diferentes indexadores como o número do AIT, placa do veículo, data, hora, local da infração e tipo de infração, número da imagem registrada pelo equipamento e enquadramento, no intuito de facilitar sua respectiva localização no banco de dados já consolidado.

1.1.9. Todas as imagens geradas pelos equipamentos de campo (tanto as válidas como as inválidas) deverão possuir cópias de segurança (back-ups), em CD ou DVD devidamente indexado, para facilidade de consulta posterior e imediata localização das imagens, sendo que a forma de indexação será definida pela CONTRATANTE.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

1.1.10. As imagens deverão ser armazenadas criptografadas, de forma que somente possam ser visualizadas por usuário autorizado e não por softwares comerciais ou de terceiros, garantindo sempre o seu sigilo.

1.1.11. A licitante CONTRATADA deverá disponibilizar de forma permanente a CONTRATANTE, software específico que permita a visualização dos respectivos arquivos criptografados. No entanto, a CONTRATANTE poderá, a seu critério, solicitar à CONTRATADA, que faça a conversão de algumas imagens criptografadas para o padrão JPG ou GIF.

1.1.12. A Central de Pré-processamento de Imagens proposta deverá possuir sistema para viabilizar a execução dos serviços de gerenciamento, administração e processamento de autos de infração, contemplando a validação e consistência dos autos de infração.

16.25. GERAÇÃO DOS ARQUIVOS DE DADOS DE INFRAÇÕES:

1.1. O sistema informatizado proposto, deverá obrigatoriamente permitir a geração de Arquivos de Dados de Infrações a partir dos registros obtidos pelos equipamentos sem campo.

1.2. Os arquivos informatizados dos AIT, deverão se for o caso, sofrer atualizações ao longo do período de vigência contratual, conforme orientações e necessidade da CONTRATANTE ou publicações de novas Resoluções do CONTRAN.

1.3. O banco de dados do sistema de processamento de imagens proposto deverá ter informação referente ao número de ordem de cada uma das imagens colhidas, de maneira a possibilitar transferência automática desses dados para os AIT a serem emitidos.

16.26. RECURSOS HUMANOS:

1.1. A Administração alocará na Central de Pré-processamento de Imagens 1 (um) supervisor e auxiliares, para desenvolvimento de atividades administrativas, para executar tarefas, tais como: analisar, processar e arquivar os dados e imagens capturados pelos equipamentos em campo, bem como digitar as informações relativas às infrações registradas e os demais serviços demandados.

16.27. TREINAMENTO:

1.1. A CONTRATADA deverá realizar treinamento/capacitação do supervisor e auxiliares administrativos, que estarão envolvidos na execução dos serviços demandados pelos sistemas implantados na Central de Pré-processamento de Imagens.

1.2. Deverão ser fornecidos junto com o treinamento, apostila(s), manuais, catálogos e especificações em português a todos os participantes.

1.3. Todas as despesas com deslocamento, alimentação e hospedagem usada para execução do objeto ficará sobre responsabilidade da proponente.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1.4. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.

16.28. MANUTENÇÃO:

1.1. Efetuar, às suas expensas, as manutenções preventivas e corretivas necessárias aos equipamentos, bem como suas aferições e substituições, observadas as exigências da legislação em vigor.

1.2. Cumprir todas as exigências das leis, normas de segurança e higiene de trabalho, segurança de trânsito, bem como fornecer dispositivos específicos e adequados de proteção a todos os que trabalham na instalação, operação e manutenção dos equipamentos.

1.3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/GARANTIAS/FUNCIONÁRIOS:

1.3.1. A CONTRATADA Deverá garantir o perfeito, constante e ininterrupto funcionamento e comunicação de todos os equipamentos que constituem o sistema detector de infrações de trânsito até o encerramento do prazo contratual, de acordo com as especificações técnicas dos equipamentos.

1.3.2. O prazo de garantia de funcionamento dos equipamentos e sistemas será igual ao período de prestação dos serviços propostos, bem como de suas eventuais prorrogações.

1.3.3. Durante o prazo de garantia de funcionamento a empresa prestará serviços de assistência técnica aos serviços e equipamentos, efetuando manutenção preventiva e corretiva, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE.

1.3.4. Entende-se por manutenção preventiva a série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos dos equipamentos, conservando-os em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas.

1.3.5. Entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a recolocar os serviços e equipamentos em seu perfeito estado de uso, compreendendo inclusive substituições de peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, inclusive as atualizações de “hardware” e “software” utilizados no sistema.

1.3.6. A manutenção corretiva será realizada sempre que solicitada pela CONTRATANTE, inclusive nos finais de semana e feriados.

1.3.6.1. O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo estipulado na proposta da licitante, não superior a 12 (doze) horas corridas, contadas a partir da hora da solicitação feita pela CONTRATANTE. O término do reparo do serviço e/ou equipamento não poderá ultrapassar o prazo estipulado na proposta da licitante, não superior a 24 (vinte e quatro) horas corridas, contadas a partir do início do



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

atendimento, salvo em casos de furto ou vandalismo, que deverá ser considerado o prazo de 5 (cinco) dias uteis.

1.3.6.2. Entende-se por início do atendimento a hora de solicitação dos serviços e/ou equipamento.

1.3.6.3. Entende-se por término do reparo do serviço e/ou equipamento a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado.

1.3.6.4. Quando da solicitação da manutenção corretiva por meio de telefone, fac-símile ou e-mail, a CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA para fins de abertura de chamado técnico, as seguintes informações:

- a) Identificação e localização do equipamento para a qual foi solicitada;
- b) Anormalidade observada;
- c) Nome do responsável pela solicitação do serviço;
- d) Número todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE serão revistadas pela mesma para acompanhamento e controle da execução do contrato. A empresa apresentará um relatório de visita contendo data, hora do chamado, início e término do atendimento, identificação do equipamento defeituoso, as providências adotadas e as informações pertinentes do telefone para contato;
- e) A CONTRATANTE poderá abrir no sistema de ordem de serviço da CONTRATADA as ordens de serviço.

16.29. APROVEITAMENTO TÉCNICO:

1.1. Caso não seja alcançado o índice de aproveitamento mínimo de 90%, haverá desconto nas seguintes proporções:

APROVEITAMENTO DE IMAGENS	DESCONTO
De 85 a 89,99%	10% sob o valor mensal da faixa
De 80 a 84,99%	20% sob o valor mensal da faixa
De 75 a 79,99%	30% sob o valor mensal da faixa
De 70 a 74,99%	40% sob o valor mensal da faixa
Abaixo de 69,99%	100% sob o valor mensal da faixa

1.2. TABELA DE ENDEREÇOS:

Local	Tipo	Faixas
PR-281 – KM 6.5 contados da saída sentido a Chopinzinho, 1000 metros depois da Comunidade de Santo Izidoro	FIXO	3
PR-281 – 500 metros depois da entrada da Unisep – Zona Rural	FIXO	3
Rua Dorvalino Tosi	FIXO	2
Avenida Castelo Branco	FIXO	2
Avenida Rio Grande do Sul	FIXO	2
Estrada Vicinal São Francisco do Bandeira – Próximo a Coasul	FIXO	2



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Rua Tiradentes	FIXO	2
Rua Mario de Barros	FIXO	2
Rua Costa e Silva	FIXO	2
Rua Bento Munhoz da Rocha	FIXO	2
PR-473 – 100 metros logo após o trevo com a estrada asfaltada para Boa Esperança do Iguaçu, chamado Trevo da UTFPR	FIXO	2
PR-473 – Próximo estrada vicinal Fazenda Mazurana	FIXO	2

16.30. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.

17. PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

17.1. O Contrato terá a duração de 12 (doze) meses. Podendo ter sua vigência e execução prorrogadas até o limite legal permitido, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. Após a assinatura do contrato a empresa deverá realizar a implantação das faixas em até 30 (trinta) dias após o comunicado oficial – ordem de serviço do Departamento de Trânsito.

17.3. Qualquer evento que possa atrasar ou impedir a implantação deverá ser comunicada oficialmente ao Departamento de Trânsito bem como a Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas. A empresa deverá realizar a emissão de ART ou documento equivalente da instalação e operacionalização dos equipamentos e encaminhar junto a primeira Nota Fiscal.

17.4. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, quando o contratado deixar de cumprir as obrigações nele inseridas.

17.5. No ato da entrega da Ordem de Serviço a empresa deverá solicitar a emissão de Alvará de execução (quando necessário à realização do objeto), bem como, se reunirá com a Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas para esclarecimentos e informações quanto ao início dos serviços.

18. DOS RECURSOS FINANCEIROS

18.1. As despesas com a execução do objeto correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

DOTAÇÃO		
Conta da despesa	Funcional programática	Destinação de recurso
00630	03.004.26.782.0003.2007	00509



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

19. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado através do Departamento Financeiro da PREFEITURA MUNICIPAL em até 30 (trinta) dias após o recebimento e aceitação da nota fiscal pelo Departamento de Compras.

*(Entende-se por aceitação da nota fiscal, a entrega dos anexos devidamente preenchidos atendendo o cumprimento da instrução normativa Municipal – IN 01/2018, deverá ainda, vir atestada pelo gestor e fiscal do Contrato).

19.2. Deverá constar na Nota Fiscal:

1. Número da Licitação,
2. Número do Contrato,
3. Número Aditivo/Apostilamento se houver,
4. Recebimento conforme Decreto Municipal,
5. Especificação dos objetos,
6. Anexos para todas as notas (Todas as negativas fiscais mais CNDT),
7. Dados bancários para pagamento,
8. ART ou documento equivalente da instalação e operacionalização dos equipamentos,
9. Alvará de execução.

19.3. Se houver aditivo deverá ser apresentado, além das certidões que a regularidade fiscal e trabalhista, a ART ou documento equivalente correspondente ao aditivo.

19.4. É obrigação da Contratada manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por esta assumida, a regularidade fiscal, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº. 8.666/93.

19.5. A **CONTRATADA** deverá entregar as Notas Fiscais até o dia **25 (vinte e cinco) de cada mês**, após esta data, deverá ser encaminhada a partir do primeiro dia do mês subsequente.

19.6. O pagamento será efetuado pela Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura.

19.7. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em conformidade com o laudo de medição expedido pelo Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas da Prefeitura de Dois Vizinhos.

19.8. As Notas Fiscais deverão constar os valores de **Material e Mão de Obra SEPARADAMENTE**.

19.9. O Município efetuará o desconto do **INSS, ISSQN e IRRF** do valor contratado, conforme Legislação vigente.

19.10. Se a empresa for optante do Simples Nacional, deverá constar na Nota Fiscal.



Município de **Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

19.11. As faturas deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de DOIS VIZINHOS, no endereço constante no preâmbulo deste edital, durante o horário do expediente.

19.12. Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será sustado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da proponente, emitente da fatura.

19.13. Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

19.14. Ocorrendo atraso no pagamento por culpa exclusiva do CONTRATANTE, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação “pro rata tempore” do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

19.15. A empresa vencedora da licitação deverá possuir conta bancária, preferencialmente, junto aos Bancos Oficiais – Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Caso contrário, se a empresa possuir somente contas em instituições diferentes das supracitadas, deverá arcar com as custas referentes as transferências bancárias/TED/DOC/PIX. O custo atual é variável, sendo o valor máximo de R\$ 11,50 (onze reais e cinquenta centavos) por operação.

19.16. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser emitida em nome de:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

CNPJ nº 76.205.640/0001-08

Avenida Rio Grande do Sul, 130 – Centro.

Dois Vizinhos – PR

CEP: 85.660-000

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DAS CONDIÇÕES GERAIS

20.1. Constituir-se-ão obrigações da CONTRATADA as seguintes, para a totalidade dos serviços:

- 1) Tratar as questões inerentes ao serviço com o fiscal do contrato, através do(s) responsável(is) técnico(s), não se admitindo aos demais empregados da CONTRATADA tratarem de questões técnicas com o fiscal do contrato, a não ser por iniciativa deste último;
- 2) Responsabilizar-se por qualquer dano causado, por sua culpa ou dolo, a qualquer órgão público, empresa privada ou pessoa física, não cabendo ao Município suportar qualquer ônus, nos termos do art. 70 da Lei nº. 8.666/1993;
- 3) Responder por quaisquer danos morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao Município ou a terceiros, provocados ou negligenciados por seus profissionais e/ou prepostos, culposa ou dolosamente, ainda que por omissão



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

involuntária, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município;

4) Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste Contrato, de acordo com as especificações determinadas no Processo Licitatório, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados e pelos equipamentos/acessórios disponibilizados;

5) Além destas obrigações, ainda compete à CONTRATADA:

- a) Executar/entregar o objeto de acordo com as orientações do fiscal;
- b) Responsabilizar-se, civil e ético-profissional e responder pela qualidade;
- c) Substituir produtos, defeituosos ou executados em desacordo com as especificações e normas, não cabendo à firma executante o direito de indenização;
- d) Providenciar a regularização de falhas, defeitos ou omissões definidas pela Fiscalização do Município.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, a administração municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no edital, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III – Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto registrado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à prefeitura do município, e ainda sem prejuízo das demais penalidades previstas na lei nº 8.666/93;

IV – Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da ata de registro de preços quando o inadimplemento ensejar a rescisão contratual;

V – Conforme o art. 7º Lei nº 10.520/02 a licitante vencedora que deixar de celebrar o contrato, não mantiver sua proposta, deixar de entregar documentação necessária ou apresentar documentação falsa exigidas em todas as fases contratuais, ensejar o retardamento da execução do certame, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

contratar com a administração pública e, será descredenciado junto aos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, na ata e das demais cominações legais;

21.2. As sanções previstas nos incisos "I e V" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II a IV, facultada a defesa prévia do licitante, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

21.3. A multa devida será descontada dos pagamentos devidos pela prefeitura do município de Dois Vizinhos ou quando for o caso, cobrada judicialmente;

21.4. A critério da administração municipal, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega dos materiais for devidamente justificado pela empresa detentora do registro de preços, por escrito, no prazo máximo até 5 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela prefeitura do município de Dois Vizinhos, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

21.5. Com fundamento na Lei 8666/93, será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração ao licitante que:

I) Se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar a ata de registro de preços, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

II) Não mantiver a sua proposta.

21.6. Caberá multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar a ata de registro de preços, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com a prefeitura do município de Dois Vizinhos, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa.

21.7. Além das já especificadas neste instrumento sujeitam-se a contratada inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da lei federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no código de defesa do consumidor - Lei Federal nº 8.078 de 11/09/90;

21.8. Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a contratada apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

21.9. A empresa proponente deverá incluir na contraprestação todos os custos para execução da obra.

22. RESCISÃO

22.1. O Contratante se reserva o direito de rescindir o Contrato independentemente de interpelação judicial, sem que à CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

- a) Quando a CONTRATADA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;
- b) Quando houver atraso dos serviços pelo prazo de 30 (trinta) dias por parte da CONTRATADA sem justificativa aceita pela CONTRATANTE;
- c) Quando houver inadimplência de cláusulas ou condições contratuais por parte da CONTRATADA e desobediência da determinação da fiscalização, e
- d) Demais hipóteses mencionadas no Art. 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

22.2. A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais penalidades cabíveis.

22.3. Declarada a rescisão do Contrato, a CONTRATADA se obriga a entregar o objeto deste Contrato inteiramente desembaraçado, não criando dificuldades de qualquer natureza.

23. DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Todas as declarações e documentos emitidos pela empresa, exceto as relativas a proposta, deverão ser apresentados em papel timbrado, com carimbo de CNPJ e assinatura do responsável legal da empresa.

23.2. A Contratada deverá permitir, a qualquer tempo, que o técnico do Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas inspecione a obra e examine os registros e documentos que considerar necessário.

23.3. A Contratada deverá manter no local da obra um perfeito sistema de sinalização e segurança, de acordo com as normas de segurança do trabalho.

23.4. Reserva-se o Licitador/Contratante, o direito de anular ou revogar, total ou parcialmente, esta licitação, visando a legalidade do processo licitatório ou interesse da administração pública respectivamente, através de parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às licitantes o direito a indenização.

23.5. Reserva-se o Licitador/Contratante, o direito de promover diligências destinadas a esclarecer a instrução do processo licitatório, em qualquer fase de seu andamento.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

23.6. É facultado ao Licitador/Contratante, solicitar a atualização de qualquer documento relativo a presente licitação.

23.7. A Contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao Licitador/Contratante e a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto da presente licitação, isentando o Licitador/Contratante de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

23.8. Ao participar da presente licitação, a proponente assume integral responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos e informações prestadas, respondendo na forma da Lei, por qualquer irregularidade constatada.

23.9. O presente edital reger-se-á também pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei Nº 8.078 (D.O.U de 12/09/1990).

23.10. Para dirimir quaisquer dúvidas, o proponente poderá entrar em contato com a Comissão de Licitação, através do Fone (46) 3536 8837, no horário de expediente, de segunda-feira a sexta-feira.

24. FORO

24.1. Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o foro da justiça estadual da Comarca de Dois Vizinhos – PR.

25. CASOS OMISSOS

25.1. Os casos omissos neste edital serão decididos pela Comissão de Licitação, em conformidade com a legislação pertinente. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as licitantes, desde que não comprometam a finalidade e a segurança da contratação.

Dois Vizinhos, 27 de setembro de 2023.

Luis Carlos Turatto
Prefeito



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

ANEXO I**CARTA DE CREDENCIAMENTO(*)****À Comissão de Licitações**

A empresa.....
 estabelecida..... inscrita no CNPJ
 nº..... através do presente, credenciamos o
 Sr....., portador da cédula de identidade
 nº..... de do CPF nº..... a participar da
 licitação instaurada pelo Município de Dois Vizinhos, na modalidade **Concorrência nº
 004/2023**, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes
 para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas, lances e praticar
 todos os demais atos inerentes ao certame.

....., de..... de 2023.

 Assinatura do Responsável Legal da empresa
 (Assinatura com firma reconhecida em Cartório)

Carimbo do CNPJ da empresa



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

ANEXO II
TERMO DE RENÚNCIA

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

A proponente abaixo assinada, participante da licitação modalidade de **Concorrência nº 004/2023**, por seu representante credenciado, declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, obrigando a empresa que representa que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação, renunciando, expressamente, ao direito de recurso da fase habilitatória e ao respectivo prazo e concordando com o prosseguimento do procedimento licitatório, passando-se à abertura dos envelopes de proposta de preço dos proponentes habilitados.

_____ em ____/____ de 2023.

Assinatura do Responsável Legal da empresa

Carimbo do CNPJ da empresa



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

ANEXO III
CAPACIDADE FINANCEIRA (modelo)

À Comissão de Licitações

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná

Ref.: Concorrência nº. 004/2023

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no Balanço Patrimonial do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMOSTRAÇÕES:

Tipo de Índice	Valor em Reais	Índice
Liquidez Geral (LG) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$		
Liquidez Corrente (LC) $LC = (AC / PC)$		
Solvência Geral (SG) $SG = (AC + AP + RLP) / (PC + ELP)$		
AC: Ativo Circulante;		RLP: Realizável a Longo Prazo;
AP: Ativo Permanente;		ELP: Exigível a Longo Prazo.
PC: Passivo Circulante;		

Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais.

Quando o índice de Liquidez for menor que 1,00 (um vírgula zero) a proponente poderá comprovar através de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, que poderá ser verificado por meio do Balanço Patrimonial.

Patrimônio Líquido: R\$ (valor por extenso) equivale a% do valor estimado da contratação.

Declaramos que a empresa é tributada pelo regime: (Simples Nacional, Lucro Presumido, Lucro Real).

Local, _____ de _____ de 2023.

 Representante Legal
 CPF nº



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO Nº/2023

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO de DOIS VIZINHOS**, com sede administrativa à Avenida Rio Grande do Sul, 130, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, CEP 85660-000, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 76.205.640/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito LUIS CARLOS TURATTO, abaixo assinado, doravante designado **CONTRATANTE** de um lado e, de outro a empresa, estabelecida na cidade de, Estado do, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob nº, neste ato representada por seu representante legal Sr., CPF/MF nºao fim assinado, doravante designada **CONTRATADA**, estando as partes sujeitas as normas da **Lei 8.666/93** e suas alterações subsequentes, ajustam o presente **Contrato** decorrência do Edital de **Concorrência nº 004/2023**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DE VELOCIDADE TIPO FIXO, SOFTWARE DE PRÉ-PROCESSAMENTO DE IMAGENS E SINALIZAÇÃO, INCLUÍDOS OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO.**

TABELA

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E REAJUSTE DE PREÇOS

A **CONTRATADA** se obriga a executar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço certo e ajustado de **R\$**, pela execução total do contrato, podendo ser aditado de acordo com o artigo 65 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Primeiro

Em caso de prorrogação o preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contados a partir da data limite para apresentação da proposta (será considerado a data da abertura da licitação), pela variação do IPCA. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Segundo

A empresa adjudicatária fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos ou supressões que se fizerem na contratação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato, conforme prevê o §1º do art. 65, da Lei Federal nº. 8.666/93.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através do Departamento Financeiro da PREFEITURA MUNICIPAL em até 30 (trinta) dias após o recebimento e aceitação da nota fiscal pelo Departamento de Compras.

*(Entende-se por aceitação da nota fiscal, a entrega dos anexos devidamente preenchidos atendendo o cumprimento da instrução normativa Municipal – IN 01/2018, deverá ainda, vir atestada pelo gestor e fiscal do Contrato).

Deverá constar nas Notas Fiscais:

1. Número da licitação,
2. Número do contrato,
3. Número do aditivo/apostilamento (se houver),
4. Recebimento conforme Decreto Municipal,
5. Especificação dos objetos,
6. Anexos para todas as notas (Todas as negativas fiscais mais CNDT),
7. Dados bancários para pagamento,
8. ART ou documento equivalente da instalação e operacionalização dos equipamentos,
9. Alvará de execução.

Parágrafo Primeiro

Se houver aditivo deverá ser apresentado, além das certidões que a regularidade fiscal e trabalhista, a ART ou documento equivalente correspondente ao aditivo.

Parágrafo Segundo

É obrigação da Contratada manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por esta assumida, à regularidade fiscal, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº. 8.666/93.

Parágrafo Terceiro

A **CONTRATADA** deverá entregar as Notas Fiscais até o dia **25 (vinte e cinco) de cada mês**, após esta data, deverá ser encaminhada a partir do primeiro dia do mês subsequente.

Parágrafo Quarto

O pagamento será efetuado pela Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura.

Parágrafo Quinto

As Notas Fiscais deverão ser emitidas em conformidade com o laudo de medição expedido pelo Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas da Prefeitura de Dois Vizinhos.

Parágrafo Sexto

As Notas Fiscais deverão constar os valores de **Material e Mão de Obra SEPARADAMENTE**.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Parágrafo Sétimo

O Município efetuará o desconto do **INSS, ISSQN e IRRF** do valor contratado, conforme Legislação vigente.

Parágrafo Oitavo

Se a empresa for optante do Simples Nacional, deverá constar na Nota Fiscal.

Parágrafo Nono

As faturas deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de DOIS VIZINHOS, no endereço constante no preâmbulo deste edital, durante o horário do expediente.

Parágrafo Décimo

Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será susado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da proponente, emitente da fatura.

Parágrafo Décimo Primeiro

Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

Parágrafo Décimo Segundo

Ocorrendo atraso no pagamento por culpa exclusiva do CONTRATANTE, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação “pro rata tempore” do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

Parágrafo Décimo Terceiro

A empresa vencedora da licitação deverá possuir conta bancária, preferencialmente, junto aos Bancos Oficiais – Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Caso contrário, se a empresa possuir somente contas em instituições diferentes das supracitadas, deverá arcar com as custas referentes as transferências bancárias/TED/DOC/PIX. O custo atual é variável, sendo o valor máximo de R\$ 11,50 (onze reais e cinquenta centavos) por operação.

Parágrafo Décimo Quarto

A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser emitida em nome de:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

CNPJ nº 76.205.640/0001-08

Avenida Rio Grande do Sul, 130 – Centro.

Dois Vizinhos – PR

CEP: 85.660-000

CLÁUSULA QUARTA – CUSTEIO DAS DESPESAS

Os Recursos destinados ao pagamento da execução dos serviços serão cobertos pela seguinte dotação orçamentária:



Município de

Dois Vizinhos**Estado do Paraná**

DOTAÇÃO		
Conta da despesa	Funcional programática	Destinação de recurso
00630	03.004.26.782.0003.2007	00509

CLÁUSULA QUINTA – PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O Contrato terá a duração de 12 (doze) meses. Podendo ter sua vigência e execução prorrogadas até o limite legal permitido, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo Primeiro

Após a assinatura do contrato a empresa deverá realizar a implantação das faixas em até 30 (trinta) dias após o comunicado oficial – ordem de serviço do Departamento de Trânsito.

Parágrafo Segundo

Qualquer evento que possa atrasar ou impedir a implantação deverá ser comunicada oficialmente ao Departamento de Trânsito bem como a Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas. A empresa deverá realizar a emissão de ART ou documento equivalente da instalação e operacionalização dos equipamentos e encaminhar junto a primeira Nota Fiscal.

Parágrafo Terceiro

O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, quando o contratado deixar de cumprir as obrigações nele inseridas.

Parágrafo Quarto

No ato da entrega da Ordem de Serviço a empresa deverá solicitar a emissão de Alvará de execução (quando necessário à realização do objeto), bem como, se reunirá com a Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas para esclarecimentos e informações quanto ao início dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços será conforme as especificações contidas nos anexos deste edital.

Parágrafo Primeiro

A proponente vencedora da licitação deverá até o início dos serviços, recolher e apresentar a Administração Municipal a **ART ou documento equivalente**, sob pena de suspensão dos pagamentos e do próprio contrato. Na ART ou documento equivalente deverá constar o Número do Contrato.

Parágrafo Segundo

A proponente deverá ter todos os equipamentos necessários para a realização dos serviços.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Parágrafo Terceiro

A Gestão do contrato será feita pelo responsável pela Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas, Sr. Nilton de Almeida.

Parágrafo Quarto

A fiscalização dos serviços será feita pelo servidor Nilson Rodrigo Dalmagro sendo seu suplente o servidor Valmir Berdnarski.

Parágrafo Quinto

Os produtos utilizados para execução do objeto deverão ser de primeira linha e estar em conformidade com as normas da ABNT e INMETRO em sua versão mais recente.

Parágrafo Sexto

Os materiais, bem como os serviços, deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO e demais órgãos, atentando-se o proponente, principalmente para prescrição do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Parágrafo Sétimo

Comprovado que o produto fornecido não corresponde às especificações constantes na proposta ou apresente alguma divergência, será o mesmo devolvido ao contratado, obrigando-se este a substituí-lo no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem qualquer ônus para a Administração e sem prejuízo das sanções previstas no presente edital.

Parágrafo Oitavo

Todo o material a ser empregado na obra deverá ser comprovadamente de primeira qualidade, sendo respeitadas as especificações referentes aos mesmos.

Parágrafo Nono – DESCRIÇÃO DETALHADA DOS EQUIPAMENTOS

RADAR FIXO – Locação de solução integrada, objetivando a prestação de serviços de monitoramento, registro e fiscalização de trânsito através de equipamentos eletrônicos, conforme as especificações abaixo:

1.1. Instrumento com capacidade de medição e registro de velocidade de veículos, utilizando sensores no pavimento ou não, com captação automática de imagens através de câmeras eletrônicas, com capacidade para monitorar até 4 (quatro) faixas de trânsito simultaneamente, respeitando as exigências legais, inclusive as resoluções atualizadas pelo CONTRAN.

1.2. Equipamentos de fiscalização eletrônica para detecção de infrações por excesso de velocidade e registro de imagens do tipo fixo, com disponibilização de infraestrutura mecânica e eletrônica, link para comunicação on-line e aferição da faixa fiscalizada junto ao INMETRO.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Parágrafo Décimo – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1.1. Os equipamentos de fiscalização eletrônica deverão realizar a medição de velocidade, o registro da imagem dos veículos infratores por excesso de velocidade e contagem estatística.

1.2. Os equipamentos deverão operar com transmissão on-line dos dados registrados para a Central de Processamento de Imagens/Autos de Infrações.

1.3. Os equipamentos deverão estar aptos a funcionar com alimentação elétrica decorrente alternada, 60 (sessenta) Hz extensão de entrada de 110/220 Volts, com variações previstas na regulamentação vigente.

Parágrafo Décimo Primeiro – DETECÇÃO DA VELOCIDADE DOS VEÍCULOS:

1.1. O equipamento deverá detectar a velocidade dos veículos que transitarem pela via através de sensores na pista ou por sensores tipo Doppler ou Laser.

1.2. O cálculo da velocidade dos veículos deverá ser realizado através de um dispositivo dedicado, microprocessado, que deverá ser lacrado pelo INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial, ou órgão por ele credenciado, bem como atender às disposições da Portaria 544-2014 do INMETRO e demais regulamentações do CONTRAN– Conselho Nacional de Trânsito.

Parágrafo Décimo Segundo – INSTALAÇÃO:

1.1. O equipamento deve ser dotado de sensores no pavimento ou Doppler ou laser.

1.2. A CONTRATADA deverá realizar, sem ônus à Administração, todos os serviços necessários para o correto funcionamento dos equipamentos eletrônicos de fiscalização.

Parágrafo Décimo Terceiro – PROTEÇÕES:

1.1. O equipamento deverá possuir proteções contra descargas atmosféricas e distúrbios na rede de distribuição de energia elétrica.

1.2. O equipamento deverá possuir “nobreak” ou sistema de baterias que assegurem seu funcionamento por um período mínimo de 30 (trinta) minutos sem energia elétrica comercial.

1.3. Caso ocorram problemas ligados à rede elétrica ou devido a descargas atmosféricas, o equipamento deverá manter armazenados todos os dados, imagens, relógio e parâmetros para seu correto funcionamento.

Parágrafo Décimo Quarto – VANDALISMO E INTEMPÉRIES CLIMÁTICAS:

1.1. Os equipamentos eletrônicos de fiscalização deverão apresentar estrutura resistente, dificultando atos de vandalismo que venham a danificá-los. As caixas ou invólucros que abrigamos componentes eletrônicos e sistema óptico de câmeras, lentes e iluminadores auxiliares, devem ser constituídos de aço.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

1.2. O acesso a qualquer parte eletrônica ou óptica (câmeras e lentes) dos equipamentos de fiscalização deve ser possível somente mediante ferramentas e chaves exclusivas, evitando assim danos internos e roubos.

Parágrafo Décimo Quinto – SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE IMAGENS:

1.1. As imagens dos veículos deverão ser capturadas com o uso de câmeras eletrônicas, sendo no mínimo 1 (uma) para cada faixa de trânsito, cujas imagens deverão ser gravadas digitalmente.

1.2. Não será permitido o uso de câmeras que utilizem filme que necessite de revelação química.

1.3. As imagens devem apresentar qualidade suficiente para possibilitar a identificação da placa e do modelo do veículo durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia.

1.4. Durante a noite não será permitido o uso de nenhum tipo de iluminação visível a olho nu evitando ofuscamento da visão dos condutores, devendo ser utilizada iluminação no espectro infravermelho;

1.5. O equipamento deverá possibilitar a captura das imagens dos veículos pela sua parte dianteira ou traseira.

1.6. O equipamento deverá apresentar índice de aproveitamento das imagens dos veículos infratores, que tenham suas imagens registradas e qualidade aceita como válidas, de no mínimo 80% (oitenta por cento) no período diurno e de no mínimo 70% (setenta por cento) no período noturno. Armazenadas automaticamente e eletronicamente, as imagens capturadas deverão apresentar definição e qualidade de modo a servir como prova visual incontestável do cometimento da infração.

1.7. A CONTRATADA que apresentar por 2 (duas) vezes durante a vigência do contrato um índice de aproveitamento inferior a 80% (oitenta por cento) das imagens terá o contrato rescindido pela Administração e arcando com todas as penalidades previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Décimo Sexto – ARMAZENAMENTO DE DADOS:

1.1. Os equipamentos eletrônicos de fiscalização deverão armazenar todos os dados capturados de forma agrupada, gerando arquivo contendo todos os dados referentes à identificação do equipamento e seu local de instalação como também os dados capturados de cada veículo incluindo suas imagens quando for o caso.

1.2. Para cada veículo detectado o equipamento eletrônico de fiscalização deverá registrar no mínimo os seguintes dados:

- a) Local;
- b) Data (dia/mês/ano);
- c) Hora (hora: minuto: segundo);
- d) Velocidade Regulamentada;
- e) Velocidade Medida;



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- f) Velocidade Considerada;
- g) Tipo de veículo;
- h) Pista em que o veículo trafegou;
- i) Identificação do local (código do ponto);
- j) Imagens do veículo (caso seja infrator/irregular);
- k) Numeração sequencial das imagens capturadas;
- l) Data da última verificação/aferição;
- m) Tipo de infração cometida (código de enquadramento de infração conforme CTB).

1.3. O equipamento deverá dispor de recursos que possibilitem a identificação do tipo de veículo que transitam no ponto da via na qual estejam instalados, classificando-os em pequeno ou grande porte, apresentando percentual de acerto mínimo de 90% (noventa por cento) do total de imagens registradas.

1.4. Os arquivos gerados pelos equipamentos eletrônicos de fiscalização deverão ser criptografados através de algoritmo que utilize uma chave de no mínimo 2048 bits não permitindo o uso das informações em sistema não compatível. Estes dados (estatísticos e imagens) deverão ser descriptografados por usuário e senha habilitados para tal função e com o respectivo software.

1.5. Todos os dados capturados como também os softwares necessários para o correto funcionamento do equipamento eletrônico de fiscalização deverão ser gravados em disco rígido local, não sendo permitida a utilização de discos rígidos removíveis.

1.6. Todas as informações (com ou sem imagens) deverão ser gravadas em arquivos, formando lotes, criados em intervalos de tempo com passos programáveis, independentemente da quantidade de veículos capturados, contendo um registro para cada veículo.

Parágrafo Décimo Sétimo – COLETA DAS IMAGENS E FLUXO:

1.1. O equipamento deverá obrigatoriamente efetuar a transferência de dados e imagens através de conexão remota (“on-line”) com a Central de Processamento de Imagens/Autos de Infrações.

1.2. A conexão de dados entre os equipamentos eletrônicos de fiscalização e a Central de Processamento de Imagens/Autos de Infrações, deverá ser baseada em tecnologia capaz de manter o “link” de transmissão conectado 24 (vinte e quatro) horas por dia com largura de banda suficiente para suprir a demanda de geração de dados.

1.3. Para casos em que o “link” de transmissão entre equipamento eletrônico de fiscalização e a Central de Processamento de Imagens/Autos de Infrações esteja inoperante, a CONTRATADA deverá realizar a coleta manual de dados de forma local até o restabelecimento da transmissão de dados online. Esta coleta de dados deverá ser realizada por software dedicado que possibilite a transferência dos dados e imagens de forma automática e de modo a impedir a interferência humana no processo de cópia dos dados.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

1.4. No caso de falha na conexão de dados entre equipamento e Central de Processamento de Imagens/Autos de Infrações, mesmo sendo realizada coleta manual, os dados registrados localmente referentes ao período de operação “offline” devem ser imediatamente transferidos assim que a conexão remota for restabelecida.

1.5. As imagens deverão ser enviadas diariamente para Central de Processamento de Imagens/Autos de Infrações, caso a conexão não possa ser restabelecida e a coleta tenha que ser manual, não poderá ultrapassar o período de 7 (sete) dias para que as imagens estejam servidor de processamento para que a equipe possa analisar as imagens no software de pré-processamento.

1.6. Os dados deverão permanecer armazenados localmente nos equipamentos até serem corretamente transferidos para a Central de Processamento de Imagens/Autos de Infrações, podendo ser descartados após confirmação de sua recepção. Este processo deve ocorrer automaticamente através do “software” do sistema.

1.7. Não será permitida a coleta das informações através da substituição de dispositivos de gravação do equipamento (HD, CD-ROM ou similar).

1.8. Deverá ser possível a sincronização entre os relógios do servidor e dos equipamentos de fiscalização eletrônica e em casos excepcionais, de coleta manual, entre o relógio do computador portátil e do equipamento.

1.9. Deverão ser gerados relatórios de desempenho de coleta e local contendo quantidade de veículos detectados (fluxo), quantidade de imagens transmitidas.

1.10. A transmissão de imagens de veículos detectados que estejam em situação irregular deverá ser priorizada de modo a não haver atraso na recepção da informação maior que 6 (seis) segundos em relação ao seu fato gerador.

1.11. O equipamento deverá possibilitar o ajuste de parâmetros de configuração local através de conexão remota (“on-line”) com a Central de Processamento de Imagens/Autos de Infrações e também através de conexão física com computador portátil, tais como:

1.11.1. Ajuste de relógio do equipamento, garantindo o correto registro de data e hora das imagens.

1.11.2. Ajuste de parâmetros de descarte dos dados já importado e registrado pelo sistema de processamento de dados da Central de Processamento de Imagens/Autos de Infrações.

Parágrafo Décimo Oitavo – OPERAÇÃO DO EQUIPAMENTO:

1.1. O equipamento deverá operar em modo contínuo, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia por 7 (sete) dias da semana.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Parágrafo Décimo Nono – AFERIÇÃO/PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO:

1.1. Após a implantação dos equipamentos a licitante CONTRATADA deverá entregar à Administração, os laudos de aferições de cada uma das faixas fiscalizadas, bem como Portaria de Homologação do equipamento implantado.

1.2. Ao final de cada 12 (doze) meses a CONTRATADA deverá entregar uma mídia eletrônica com todas as imagens registradas pelos equipamentos locados.

Parágrafo Vigésimo – SINALIZAÇÃO VERTICAL:

1.1. Para cada equipamento instalado na via, deverá ser implantada sinalização vertical, de acordo com a Legislação de Trânsito Vigente informando a existência de equipamento de fiscalização eletrônica, bem como a associação dessa informação à placa de regulamentação de velocidade máxima permitida no local, sem ônus à Prefeitura.

Parágrafo Vigésimo Primeiro – ENERGIA:

1.1. A CONTRATADA irá se responsabilizar por toda a ligação elétrica junto à concessionária de energia e ao consumo de energia necessário para a operação dos equipamentos instalados no Município.

Parágrafo Vigésimo Segundo – SISTEMA DE OCR:

1.1. O Sistema ofertado, bem como as licenças fornecidas pela empresa CONTRATADA deverão dispor no mínimo das seguintes especificações técnicas:

1.1.1. O Software e o banco de dados do sistema deverão estar hospedados em estrutura de servidores disponibilizada pela fornecedora do sistema, sendo capaz de monitorar ininterruptamente e de forma automática todas as câmeras de OCR instaladas no município, promovendo o monitoramento de todas as imagens e dados recebidos, com no mínimo, as seguintes características e funcionalidades:

1.1.1.1. O Software deverá ser acessível através de navegador web, não necessitando de instalação de programa específico local para seu acesso e funcionamento.

1.1.1.2. Deverá ser acessível, no mínimo, através dos navegadores Mozilla Firefox e Google Chrome.

1.1.1.3. O Software deverá possuir aplicativo próprio, no mínimo, para plataformas iOS (Apple) e Android, permitindo, no mínimo as funcionalidades de consulta de passagens, inclusão de notificações (listas de restrição) e recebimento de notificações de passagens restritas.

1.1.1.4. A utilização do aplicativo deverá ser restrita a usuários previamente autorizados e cadastrados no software de monitoramento.

1.1.1.5. Visando a distribuição e atualização do aplicativo, este deverá estar disponível, no mínimo, nas lojas de aplicativo oficiais das plataformas iOS e Android (App Store e Play Store).



Município de **Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

1.1.1.6. O acesso ao Software deverá ser efetuado somente por pessoas previamente cadastradas, inicializando-se através da digitação de um endereço web no navegador local da máquina de acesso, com a digitação de login de usuário e senha de acesso.

1.1.1.7. O acesso ao Software deverá ser registrado em log, contendo os dados do usuário, data e hora de acesso ao sistema.

1.1.1.8. O Software deverá permitir o cadastro de um ou mais gerentes do sistema, os quais terão acesso a todas as suas funcionalidades, e eles serão os responsáveis pelo cadastramento de novos usuários.

1.1.1.9. A responsabilidade de cadastro de novos usuários poderá ser delegada pelo gerente do sistema a outros operadores, de acordo com os níveis de acesso que estes receberem do gerente do sistema.

1.1.1.10. O Software deverá permitir a alteração da senha pelos seus usuários, sempre que desejado.

1.1.1.11. O Software deverá permitir a expiração de acesso dos usuários ao sistema, de forma automática, com periodicidade configurável, de modo a ampliar os controles de uso da ferramenta.

1.1.1.12. Os gerentes ou usuários por eles autorizados poderão reativar a autorização de acesso ao sistema para estas permissões expiradas, inclusive exigindo ou não a alteração da senha de acesso.

1.1.1.13. O Software deverá atribuir diferentes níveis de acesso a cada um de seus usuários, os quais são definidos pelo gerente do sistema ou outro usuário por ele delegado, no momento do cadastro do usuário.

1.1.1.14. O Software deverá possibilitar que o responsável pelo cadastro de novos usuários possa definir que cada usuário do sistema, de forma independente, possa acessar o sistema através de um endereço IP (internet protocolo) específico ou que seu acesso se realize através de qualquer máquina dotada de navegador web compatível com o Software de monitoramento. Esta definição, na prática, restringirá que determinado usuário possa acessar o Software de monitoramento somente num endereço de IP permitido ou que este possa acessar o Software de qualquer local.

1.1.1.15. O Software deverá permitir a inabilitação de usuários que deixarem de ter autorização para acesso ao sistema, porém deverá manter todos os históricos de cadastros e ações destes efetuados anteriormente na aplicação. A inabilitação deverá ser efetuada pelo gerente do sistema ou usuário por ele delegado.



Município de **Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

1.1.1.16. O Software deverá permitir que os usuários que tenham sido inabilitados possam voltar a ter seu acesso ao sistema. A liberação do acesso deverá ser feita pelo gerente do sistema ou usuário por ele delegado.

1.1.1.17. O Software deverá registrar em log todas as operações de criação de novos usuários e inabilitação de usuários, de modo a identificar a data, a hora e o usuário do sistema que efetuou cada cadastro de usuário do sistema.

1.1.1.18. Software deverá permitir o cadastro de diferentes órgãos para acesso ao sistema, como por exemplo: SMTT, Polícia Militar, Polícia Civil, entre outras diferentes corporações ou órgãos que poderão se utilizar da ferramenta de monitoramento. Estes órgãos poderão ainda ser subdivididos em sub-órgãos, com o objetivo de organizar as ações de monitoramento dos veículos, com seus devidos níveis de sigilo.

1.1.1.19. Cada usuário do sistema deverá estar vinculado a um órgão, podendo este ainda estar enquadrado dentro de um sub-órgão.

1.1.1.20. O Software deverá gerar logs de criação de órgãos e sub-órgãos na aplicação, permitindo a identificação de data, hora e usuário que cadastrou este novo órgão ou sub-órgão.

1.1.1.21. O Software deverá permitir a criação de listas de placas específicas, denominadas listas negras, as quais poderão ser criadas por usuários que tenham tal nível de permissão, com o objetivo de monitoramento destes veículos. Exemplos de listas negras são: veículos suspeitos, veículos roubados, veículos clonados, placas frias, entre outros.

1.1.1.22. Ao criar as listas negras, o Software deverá permitir que o usuário atribua a cada uma um alerta sonoro e visual específico, visando facilitar o monitoramento dos veículos.

1.1.1.23. Ao cadastrar uma placa nas listas negras, o Software deverá permitir que o usuário efetue o monitoramento desta placa apenas para o seu próprio usuário ou registrá-la vinculando ao seu órgão/sub-órgão.

1.1.1.24. Quando ocorrer a identificação da passagem destes veículos pelo sistema, o software deverá emitir alertas visuais e sonoros para o usuário específico que a cadastrou ou aos usuários pertencentes àquele órgão ou sub-órgão. Poderá também compartilhar esta placa constante na lista negra com outros órgãos ou sub-órgãos cadastrados no sistema.

1.1.1.25. O usuário poderá selecionar em quais câmeras, caso o veículo seja identificado, o software deverá emitir os alertas de passagem.

1.1.1.26. Ao cadastrar uma placa na lista negra, o usuário poderá configurar o envio de notificações através de mensagens eletrônicas para telefones celulares (SMS's);



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

através de correio eletrônico e através do envio de pushes para os usuários com aplicativo instalado em seus telefones celulares, quando da passagem deste veículo pelas câmeras de OCR.

1.1.1.27. O sistema deverá permitir a sua utilização por múltiplos usuários simultaneamente, respeitando, no mínimo:

1.1.1.27.1. Cada usuário logado no Software poderá fazer seu monitoramento e interações no sistema de forma independente, sem interferir nas ações e monitoramentos dos demais usuários, exceto o cadastro de veículos em listas negras compartilhadas para outros órgãos e sub-órgãos.

1.1.1.27.2. O sistema deverá manter sua performance com, no mínimo, 100 usuários utilizando simultaneamente a plataforma.

1.1.1.28. O Software deverá permitir o cadastro de cada ponto monitorado na via, informando no mínimo, código do local, endereço de instalação e seu georreferenciamento. O ponto monitorado poderá ter uma ou mais câmeras agrupadas a ele, devendo ser possível cadastrar um código independente para cada uma das câmeras de monitoramento, a identificação da faixa e o sentido de circulação da via por ela monitorada, quando informados pela câmera.

1.1.1.29. O Software deverá permitir a importação das bases de dados de veículos e dos arquivos de restrição de circulação de veículos (furto e documentação vencida) fornecidos pelo DETRAN.

1.1.1.30. A base de dados cadastrais será disponibilizada com a periodicidade de uma vez por semana, enquanto que as bases de veículos restritos serão disponibilizadas três vezes a cada semana.

1.1.1.31. O arquivo restrição será disponibilizado em formato *.txt, em FTP, com o layout: Placa (tamanho 7) + número restrição (tamanho 1). Sem cabeçalho e sem filler.

1.1.1.32. O arquivo contendo a base de dados do DETRAN será disponibilizado no formato .txt, em FTP e terá o layout descrito abaixo:

- a) Placa
- b) Código Marca
- c) Código Cor
- d) Código Tipo Veículo
- e) Código Espécie
- f) Código Categoria
- g) Código Cidade
- h) Ano Fabricação
- i) Ano Modelo
- j) Lugares



Município de **Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

*Serão fornecidos arquivos complementares referentes aos dados disponibilizados (codificação de marcas, modelos, tipos, categorias, espécies, município, cor e combustível);

1.1.1.33. Os arquivos contendo as bases cadastrais e de veículos restritos serão disponibilizados em endereço FTP indicado pela Contratante, e a cada arquivo disponibilizado, o Software deverá efetuar a importação automática destes arquivos no sistema em no máximo uma hora.

1.1.1.34. O Software deverá possuir tela de monitoramento e menus com as funcionalidades mínimas previstas neste termo de referência.

1.1.1.35. A tela de monitoramento deverá possibilitar a visualização das placas recebidas pelos equipamentos de OCR, permitindo filtrar por, no mínimo: Ponto(s) monitorado(s); câmera(s) de OCR e sentido de monitoramento, além disso, também possuir ou permitir compatibilidade com equipamentos de OCR que a CONTRATANTE venha a adquirir futuramente.

1.1.1.36. A seleção de pontos ou câmeras de monitoramento deverá permitir que sejam selecionadas qualquer quantidade de pontos de monitoramento ou câmeras, entre uma e a totalidade de câmeras instaladas no município. Esta seleção poderá ser realizada através de lista e/ou através da seleção em mapa.

1.1.1.37. A tela de monitoramento deverá manter, no mínimo, as últimas 20 imagens recebidas das câmeras de OCR em formato “miniatura”, bem como mostrar os últimos 20 registros recebidos em forma de lista, contendo: horário da leitura, placa e identificação da câmera.

1.1.1.38. Na tela de monitoramento, o Software deverá apresentar os registros coletados pelas câmeras ou pontos de monitoramento selecionadas, e ainda permitir que seja filtrada a visualização para: todos os veículos; veículos com registro de furto; veículos com documentação vencida ou listas negras, de forma individual ou combinada.

1.1.1.39. A apresentação da passagem do veículo na tela de monitoramento deverá ocorrer em tempo inferior a 10 (dez) segundos de sua disponibilização pela câmera de OCR.

1.1.1.40. Para cada veículo apresentado na tela de monitoramento, o Software deverá informar os dados de passagem: data, hora, local e câmera que o identificou, e os dados do veículo: marca, modelo e cor (quando disponibilizados pelo DETRAN), vinculados a cada imagem correspondente a sua passagem.

1.1.1.41. O Software deverá confrontar as placas lidas e recebidas pelos equipamentos de OCR, com os arquivos de veículos com restrição de circulação recebidos pelo DETRAN, bem como das listas negras de veículos cadastrados manualmente pelos usuários do sistema.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

1.1.1.42. A tela de monitoramento deverá permitir a emissão de alertas visuais e sonoros específicos para cada tipo de restrição informada pelo DETRAN, constantes nas listas negras específicas e notificações enviadas pelo Ministério da Justiça.

1.1.1.43. A tela de monitoramento deverá permitir a seleção dos registros recebidos (e nela apresentados) para visualização da imagem em maior dimensão e apresentação de dados mais detalhados de veículo e de passagem (marca, modelo, cor, endereço da passagem e sentido de circulação da via).

1.1.1.44. Selecionando-se o registro para a visualização em maior dimensão, o software deverá permitir o ajuste de brilho e contraste desta imagem.

1.1.1.45. Selecionando-se o registro para a visualização em maior dimensão, o software deverá permitir a seleção de visualização da imagem em negativo ou em positivo.

1.1.1.46. Selecionando-se o registro para a visualização em maior dimensão, o software deverá permitir a visualização da imagem com efeito “lupa”, posicionando o cursor sobre ela.

1.1.1.47. Selecionando-se o registro para a visualização em maior dimensão, o software deverá conter botão de atalho para a apresentação de passagens de todos os veículos que transitaram pelo mesmo local do veículo selecionado, apresentando-as em formato de listas, com a opção de seleção para, no mínimo, os últimos 1 (um) minuto; 5 (cinco) minutos ou 30 (trinta) minutos.

1.1.1.48. Selecionando-se o registro para a visualização em maior dimensão, o software deverá conter botão de atalho para a apresentação de passagens deste mesmo veículo em todos os outros locais, apresentando as em formato de listas, com seleção de, no mínimo: na última 1 (uma) hora; nas últimas 24 (vinte e quatro) horas e nos últimos 7 (sete) dias.

1.1.1.49. O Software deverá permitir o envio de notificações informando acerca da passagem de veículos constantes no cadastro de listas negras ou de veículos furtados, através de envio de SMS (ou por outro aplicativo de mensagens); e/ou por e-mails para destinatários cadastrados, à escolha de quem a cadastrou; e/ou por pushes automáticos para os usuários que tiverem aplicativos instalados em seus smartphones. As notificações deverão informar, no mínimo: a placa do veículo; a câmera de passagem; marca e modelo (se estiverem na base de dados do DETRAN).

1.1.1.50. O Software deverá permitir a consulta de histórico de veículos que passaram pelas câmeras de OCR, filtrando-se estas consultas por, no mínimo: data da passagem; ponto de captura; câmera de OCR; placa (contendo todos os caracteres ou substituindo-os parcialmente por “coringas”) e dados do veículo



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

(marca, modelo, cor e município de emplacamento). A filtragem pelos dados de veículos estarão condicionadas ao fornecimento dos arquivos de dados do DETRAN. O resultado da consulta de histórico deverá permitir, no mínimo:

1.1.1.50.1. Exibição em forma de lista das passagens que atendam ao filtro solicitado, exibindo, no mínimo, data, hora, placa e local.

1.1.1.50.2. Os resultados obtidos deverão permitir a exibição da imagem capturada.

1.1.1.50.3. A exibição dos resultados deverá ser, no mínimo, em forma de lista e em miniaturas da imagem capturada.

1.1.1.50.4. O resultado da consulta deverá permitir a plotagem em mapa da rota realizada por um ou mais veículos contidos no resultado.

1.1.1.50.5. A rota plotada sobre o mapa deverá permitir a apresentação das identificações de acordo com o tempo, exibindo além dos pontos onde a imagem foi capturada, a linha que liga um ponto ao outro e também os dados de cada uma das passagens com sua imagem.

1.1.1.50.6. Os resultados deverão permitir a exportação em, no mínimo, formato pdf e csv.

1.1.1.50.7. O software deverá permitir a exportação das imagens referentes aos resultados obtidos.

1.1.1.50.8. A pesquisa realizada, bem como os filtros utilizados, deverá permitir o compartilhamento com outros usuários da plataforma gerando um link de acesso que poderá ser enviado por SMS ou copiado em tela.

1.1.1.51. O Software deverá permitir a consulta à Base de Dados disponibilizada pelo DETRAN, através da digitação total ou parcial da placa (em, no mínimo, até 3 caracteres coringas). O resultado desta busca deverá trazer os dados de cadastro do veículo (marca, modelo e cor), em todas as possíveis combinações de placas resultantes desta consulta.

1.1.1.52. O Software deverá permitir o acompanhamento em tempo real (respeitando-se a tolerância de até 10 (dez) segundos da disponibilização da imagem pela câmera) de um determinado veículo através de lista de passagens.

1.1.1.53. Selecionando-se este veículo, o Software deverá apresentar uma a uma as passagens deste veículo em forma de lista, informando, no mínimo, a data; hora e câmera da passagem.

1.1.1.54. O software deverá permitir a identificação de “veículos batedores”, através da consulta de passagem de um determinado veículo. Para atender a esta



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

funcionalidade, o usuário pesquisará a passagem de um determinado veículo e solicitar a comparação de sua passagem em dois ou mais locais, de modo a identificar veículos coincidentes que acompanharam este veículo nos locais pesquisados. A pesquisa deverá permitir a comparação das passagens em passos de minutos, em até cinco minutos de cada passagem.

1.1.1.55. O Software deverá possibilitar, no mínimo, a geração de relatórios de:

1.1.1.55.1. Listagem do fluxo de veículos (filtrados por pontos de captura ou câmeras de OCR).

1.1.1.55.2. Listagem de fluxo de veículos com registros de restrição capturados pelo sistema (filtrados por tipo de restrição e por pontos de captura ou câmeras de OCR).

1.1.1.55.3. Listagem de fluxo de veículos cadastrados nas listas negras (filtrados por pontos de captura ou câmeras de OCR). Esta listagem somente poderá ser visualizada por usuários com permissão de monitoramento de cada lista negra.

1.1.1.55.4. Relatórios quantitativos diários de fluxo de veículos (filtrados por pontos de captura ou por câmera de OCR).

1.1.1.55.5. Relatórios quantitativos diário do fluxo de veículos restritos (filtrados por tipo de restrição e por pontos de captura ou câmeras de OCR).

1.1.1.56. O software deverá armazenar todos os dados e imagens coletadas pelos Módulos de Captura, de forma a permitir sua consulta futura, em um período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias.

1.1.1.57. O software deverá disponibilizar mapa georreferenciado dos locais de instalação dos pontos de monitoramento.

1.1.1.58. O software deverá permitir a integração dos seus registros com, no mínimo, as seguintes plataformas: Alerta Brasil 03; Sistema Bravo; Sistema Hórus e Sistema Córtex, respeitando as regras e padrões utilizados em cada um dos sistemas, o sistema deverá estar apto à integração de qualquer outro sistema / plataforma de alerta utilizado no Brasil.

1.1.1.59. Quando a integração com outras plataformas retornar qualquer tipo de notificação referente aos registros integrados, o software deverá exibir de forma visual e sonora um alerta. A notificação também deverá exibir os dados retornados, bem como a imagem do registro.

1.1.1.60. O software deverá permitir o compartilhamento das informações com outras cidades que utilizarem a mesma plataforma, desde que autorizado e que o usuário tenha permissão para tal.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

1.1.1.61. A plataforma deverá permitir ao usuário a solicitação de acesso aos dados de outras cidades que utilizam a mesma plataforma, o qual deverá ser autorizado ou negado pelo responsável da cidade solicitada.

1.1.1.62. Quando autorizado o acesso a diferentes cidades, o usuário poderá visualizar na tela de monitoramento todos os registros de sua cidade e também das demais cidades autorizadas. Além dos dados exibidos na tela de monitoramento, o usuário autorizado também poderá consultar os históricos de passagem em todas as cidades autorizadas.

1.1.1.63. O software deverá permitir a geração de log de todas as pesquisas de histórico de passagem e seus filtros. O registro ou não dos logs deverá ser realizado de acordo com o interesse do responsável pelo órgão. O log gerado deverá permitir sua exibição através de tela específica na plataforma, possibilitando, no mínimo, o filtro por tipo de atividade realizada, período e usuário.

1.1.1.64. O Software deverá apresentar em mapa georreferenciado, através da identificação por escala de cores (Mapa de Calor) os locais que registram maiores e menores incidência de circulação de “Fluxo de veículos”.

1.1.1.65. O Software deverá apresentar em mapa georreferenciado, através da identificação por escala de cores (Mapa de Calor) os locais que registram maiores e menores incidência de circulação de “Veículos Restritos”.

1.1.1.66. O Software deverá apresentar em mapa georreferenciado, através da identificação por escala de cores (Mapa de Calor) os locais que registram maiores e menores incidência de circulação de “Veículos Restritos/Fluxo de veículos” (proporção de veículos com registro de restrição que circulam, com relação ao fluxo total de veículos).

1.1.1.67. O Software deverá possuir um API para integração com sistemas existentes no ambiente da contratante, este API deverá possibilitar consultas de maneira automatizada a leituras processadas e armazenadas pelo sistema da CONTRATADA. As consultas disponíveis no API devem ser no mínimo, iguais às disponibilizadas na tela de monitoramento.

1.1.1.68. Findado o contrato, fica a CONTRATADA responsável por disponibilizar a base de dados de todo o histórico armazenado em seu sistema das leituras feitas pelos equipamentos da contratante. Esta base de dados deverá ser disponibilizada de maneira digital em formato compatível com o ambiente da contratante.

1.1.1.69. Deve ser disponibilizado ao CONTRATANTE forma de acesso direto ao banco de dados (Acesso somente leitura) nos registros de leitura e na lista de veículos e ou pessoas com restrições (Black-List).



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Parágrafo Vigésimo Terceiro – SISTEMA E CENTRAL DE PRÉ-PROCESSAMENTO DE IMAGENS

1.1. DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE IMAGENS

1.1.1. O Sistema de Central de Pré-processamento de Imagens proposto deverá ser capaz de receber de forma On-line os dados e imagens transmitidos pelos equipamentos de campo.

1.1.2. As imagens transmitidas on-line pelos equipamentos de campo deverão permitir na Central de Pré-processamento de Imagens a perfeita identificação visual da marca, modelo e placa do veículo infrator.

1.1.3. A Central de Pré-processamento de Imagens deverá automaticamente, ou seja, sem intervenção humana, ser capaz de receber os dados e imagens, dos equipamentos em operação, em intervalos pré-programados de forma a permitir.

1.1.3.1. Efetuar média de velocidade por pista, equipamento, ou região.

1.1.3.2. Gerar estatísticas de velocidade e tamanho dos veículos em trânsito nas vias fiscalizadas.

1.1.4. Todo o processo executado na Central de Pré-processamento de Imagens e nos equipamentos de campo deverá ter o acesso controlado por código de usuário e senha de acesso.

1.1.5. As imagens originais digitais, vindas dos equipamentos de campo, sofrerão análise e validação para a produção dos AIT eletrônicos.

1.1.6. PODERÃO EXISTIR 2 (DOIS) TIPOS DE IMAGENS:

1.1.6.1. Imagens válidas – são aquelas inicialmente aprovadas que se tornarão:

*Imagens consistentes – validadas e aprovadas que efetivamente se tornarão AIT eletrônicos;

*Imagens inconsistentes – recusadas em decorrência de situações independentes da qualidade dos registros gerados pelos equipamentos: veículos em situação de emergência, placas ilegíveis, veículos sem placas, placas adulteradas, reflexo sem função do sol, veículos entre faixas, e outras que impeçam a validação da imagem.

1.1.6.2. Imagens inválidas – as não aprovadas por problemas diversos apresentados pelos equipamentos: má regulagem do foco; interferências; ofuscamento; falta de iluminação; falhas do equipamento ou de seu respectivo software; e outras que impeçam a validação da imagem.

1.1.7. Serão analisadas em uma ou mais etapas todas as imagens geradas pelos equipamentos de campo e as imagens consistentes serão utilizadas para a elaboração dos AIT eletrônicos correspondentes.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

1.1.8. A consulta às imagens (originais, back-up, válidas e inválidas) deverá possuir flexibilidade de pesquisa por diferentes indexadores como o número do AIT, placa do veículo, data, hora, local da infração e tipo de infração, número da imagem registrada pelo equipamento e enquadramento, no intuito de facilitar sua respectiva localização no banco de dados já consolidado.

1.1.9. Todas as imagens geradas pelos equipamentos de campo (tanto as válidas como as inválidas) deverão possuir cópias de segurança (back-ups), em CD ou DVD devidamente indexado, para facilidade de consulta posterior e imediata localização das imagens, sendo que a forma de indexação será definida pela CONTRATANTE.

1.1.10. As imagens deverão ser armazenadas criptografadas, de forma que somente possam ser visualizadas por usuário autorizado e não por softwares comerciais ou de terceiros, garantindo sempre o seu sigilo.

1.1.11. A licitante CONTRATADA deverá disponibilizar de forma permanente a CONTRATANTE, software específico que permita a visualização dos respectivos arquivos criptografados. No entanto, a CONTRATANTE poderá, a seu critério, solicitar à CONTRATADA, que faça a conversão de algumas imagens criptografadas para o padrão JPG ou GIF.

1.1.12. A Central de Pré-processamento de Imagens proposta deverá possuir sistema para viabilizar a execução dos serviços de gerenciamento, administração e processamento de autos de infração, contemplando a validação e consistência dos autos de infração.

Parágrafo Vigésimo Quarto – GERAÇÃO DOS ARQUIVOS DE DADOS DE INFRAÇÕES:

1.1. O sistema informatizado proposto, deverá obrigatoriamente permitir a geração de Arquivos de Dados de Infrações a partir dos registros obtidos pelos equipamentos sem campo.

1.2. Os arquivos informatizados dos AIT, deverão se for o caso, sofrer atualizações ao longo do período de vigência contratual, conforme orientações e necessidade da CONTRATANTE ou publicações de novas Resoluções do CONTRAN.

1.3. O banco de dados do sistema de processamento de imagens proposto deverá ter informação referente ao número de ordem de cada uma das imagens colhidas, de maneira a possibilitar a transferência automática desses dados para os AIT a serem emitidos.

Parágrafo Vigésimo Quinto – RECURSOS HUMANOS:

1.1. A Administração alocará na Central de Pré-processamento de Imagens 1 (um) supervisor e auxiliares, para desenvolvimento de atividades administrativas, para executar tarefas, tais como: analisar, processar e arquivar os dados e imagens capturados pelos



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

equipamentos em campo, bem como digitar as informações relativas às infrações registradas e os demais serviços demandados.

Parágrafo Vigésimo Sexto – TREINAMENTO:

1.1. A CONTRATADA deverá realizar treinamento/capacitação do supervisor e auxiliares administrativos, que estarão envolvidos na execução dos serviços demandados pelos sistemas implantados na Central de Pré-processamento de Imagens.

1.2. Deverão ser fornecidos junto com o treinamento, apostila(s), manuais, catálogos e especificações em português a todos os participantes.

1.3. Todas as despesas com deslocamento, alimentação e hospedagem usada para execução do objeto ficará sobre responsabilidade da proponente.

1.4. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.

Parágrafo Vigésimo Sétimo – MANUTENÇÃO:

1.1. Efetuar, às suas expensas, as manutenções preventivas e corretivas necessárias aos equipamentos, bem como suas aferições e substituições, observadas as exigências da legislação em vigor.

1.2. Cumprir todas as exigências das leis, normas de segurança e higiene de trabalho, segurança de trânsito, bem como fornecer dispositivos específicos e adequados de proteção a todos os que trabalham na instalação, operação e manutenção dos equipamentos.

1.3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES/GARANTIAS/FUNCIONÁRIOS:

1.3.1. A CONTRATADA Deverá garantir o perfeito, constante e ininterrupto funcionamento e comunicação de todos os equipamentos que constituem o sistema detector de infrações de trânsito até o encerramento do prazo contratual, de acordo com as especificações técnicas dos equipamentos.

1.3.2. O prazo de garantia de funcionamento dos equipamentos e sistemas será igual ao período de prestação dos serviços propostos, bem como de suas eventuais prorrogações.

1.3.3. Durante o prazo de garantia de funcionamento a empresa prestará serviços de assistência técnica aos serviços e equipamentos, efetuando manutenção preventiva e corretiva, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE.

1.3.4. Entende-se por manutenção preventiva a série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos dos equipamentos, conservando-os em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

1.3.5. Entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a recolocar os serviços e equipamentos em seu perfeito estado de uso, compreendendo inclusive substituições de peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, inclusive as atualizações de “hardware” e “software” utilizados no sistema.

1.3.6. A manutenção corretiva será realizada sempre que solicitada pela CONTRATANTE, inclusive nos finais de semana e feriados.

1.3.6.1. O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo estipulado na proposta da licitante, não superior a 12 (doze) horas corridas, contadas a partir da hora da solicitação feita pela CONTRATANTE. O término do reparo do serviço e/ou equipamento não poderá ultrapassar o prazo estipulado na proposta da licitante, não superior a 24 (vinte e quatro) horas corridas, contadas a partir do início do atendimento, salvo em casos de furto ou vandalismo, que deverá ser considerado o prazo de 5 (cinco) dias uteis.

1.3.6.2. Entende-se por início do atendimento a hora de solicitação dos serviços e/ou equipamento.

1.3.6.3. Entende-se por término do reparo do serviço e/ou equipamento a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado.

1.3.6.4. Quando da solicitação da manutenção corretiva por meio de telefone, fac-símile ou e-mail, a CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA para fins de abertura de chamado técnico, as seguintes informações:

- a) Identificação e localização do equipamento para a qual foi solicitada;
- b) Anormalidade observada;
- c) Nome do responsável pela solicitação do serviço;
- d) Número todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE serão revistadas pela mesma para acompanhamento e controle da execução do contrato. A empresa apresentará um relatório de visita contendo data, hora do chamado, início e término do atendimento, identificação do equipamento defeituoso, as providências adotadas e as informações pertinentes do telefone para contato;
- e) A CONTRATANTE poderá abrir no sistema de ordem de serviço da CONTRATADA as ordens de serviço.

Parágrafo Vigésimo Oitavo – APROVEITAMENTO TÉCNICO:

1.1. Caso não seja alcançado o índice de aproveitamento mínimo de 90%, haverá desconto nas seguintes proporções:

APROVEITAMENTO DE IMAGENS	DESCONTO
De 85 a 89,99%	10% sob o valor mensal da faixa
De 80 a 84,99%	20% sob o valor mensal da faixa
De 75 a 79,99%	30% sob o valor mensal da faixa



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

De 70 a 74,99%	40% sob o valor mensal da faixa
Abaixo de 69,99%	100% sob o valor mensal da faixa

1.2. TABELA DE ENDEREÇOS:

Local	Tipo	Faixas
PR-281 – KM 6.5 contados da saída sentido a Chopinzinho, 1000 metros depois da Comunidade de Santo Izidoro	FIXO	3
PR-281 – 500 metros depois da entrada da Unisep – Zona Rural	FIXO	3
Rua Dorvalino Tosi	FIXO	2
Avenida Castelo Branco	FIXO	2
Avenida Rio Grande do Sul	FIXO	2
Estrada Vicinal São Francisco do Bandeira – Próximo a Coasul	FIXO	2
Rua Tiradentes	FIXO	2
Rua Mario de Barros	FIXO	2
Rua Costa e Silva	FIXO	2
Rua Bento Munhoz da Rocha	FIXO	2
PR-473 – 100 metros logo após o trevo com a estrada asfaltada para Boa Esperança do Iguaçu, chamado Trevo da UTFPR	FIXO	2
PR-473 – Próximo estrada vicinal Fazenda Mazurana	FIXO	2

Parágrafo Vigésimo Nono

Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

A contratada deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual – EPI.

Parágrafo Primeiro

A contratada deverá treinar e tornar obrigatório o uso de EPI's.

Parágrafo Segundo

O equipamento de proteção individual fornecido ao empregado deverá, obrigatoriamente, conter a identificação da contratada.

Parágrafo Terceiro

A Contratada, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Lei nº 6.514 de 22/12/77 – Portaria nº 3.214, de 08/06/78, Normas Regulamentares – NRs 01 a 33 e, em especial as NRs 04, 05, 06 e 18.

Parágrafo Quarto

A contratada não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

CLÁUSULA OITAVA – FRAUDE E CORRUPÇÃO

Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 16480, de 30 de julho de 2020.

Parágrafo Único

Conforme disposto no Decreto 16480 em seu Art. 4º Constituem atos lesivos à administração pública, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas neste Decreto, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, a administração municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no edital, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III – Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto registrado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à prefeitura do município, e ainda sem prejuízo das demais penalidades previstas na lei nº 8.666/93;

IV – Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da ata de registro de preços quando o inadimplemento ensejar a rescisão contratual;

V – Conforme o art. 7º lei nº 10.520/02 a licitante vencedora que deixar de celebrar o contrato, não mantiver sua proposta, deixar de entregar documentação necessária ou apresentar documentação falsa exigidas em todas as fases contratuais, ensejar o retardamento da execução do certame, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública e, será descredenciado junto aos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, na ata e das demais cominações legais;

Parágrafo primeiro

As sanções previstas nos incisos "I e V" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II a IV, facultada a defesa prévia do licitante, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

Parágrafo segundo

A multa devida será descontada dos pagamentos devidos pela prefeitura do município de Dois Vizinhos ou quando for o caso, cobrada judicialmente;

Parágrafo terceiro

A critério da administração municipal, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega dos materiais for devidamente justificado pela



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

empresa detentora do registro de preços, por escrito, no prazo máximo até 5 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela prefeitura do município de Dois Vizinhos, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

Parágrafo quarto

Com fundamento na Lei 8666/93, será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração ao licitante que:

I) Se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar a ata de registro de preços, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

II) Não mantiver a sua proposta.

Parágrafo quinto

Caberá multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar a ata de registro de preços, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com a prefeitura do município de Dois Vizinhos, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa.

Parágrafo sexto

Além das já especificadas neste instrumento sujeitam-se a contratada inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da lei federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no código de defesa do consumidor – Lei Federal nº 8.078 de 11/09/90;

Parágrafo sétimo

Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a contratada apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

Parágrafo oitavo

A empresa proponente deverá incluir na contraprestação todos os custos para execução da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DAS CONDIÇÕES GERAIS

Constituir-se-ão obrigações da CONTRATADA as seguintes, para a totalidade dos serviços:

1) Tratar as questões inerentes ao serviço com o fiscal do contrato, através do(s) responsável(is) técnico(s), não se admitindo aos demais empregados da CONTRATADA



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

tratarem de questões técnicas com o fiscal do contrato, a não ser por iniciativa deste último;

- 2) Responsabilizar-se por qualquer dano causado, por sua culpa ou dolo, a qualquer órgão público, empresa privada ou pessoa física, não cabendo ao Município suportar qualquer ônus, nos termos do art. 70 da Lei nº. 8.666/1993;
- 3) Responder por quaisquer danos morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao Município ou a terceiros, provocados ou negligenciados por seus profissionais e/ou prepostos, culposa ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município;
- 4) Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste Contrato, de acordo com as especificações determinadas no Processo Licitatório, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados e pelos equipamentos/acessórios disponibilizados;
- 5) Além destas obrigações, ainda compete à CONTRATADA:
 - a) Executar/entregar o objeto de acordo com as orientações do fiscal;
 - b) Responsabilizar-se, civil e ético-profissional e responder pela qualidade;
 - c) Substituir produtos, defeituosos ou executados em desacordo com as especificações e normas, não cabendo à firma executante o direito de indenização;
 - d) Providenciar a regularização de falhas, defeitos ou omissões definidas pela Fiscalização do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O Contratante se reserva o direito de rescindir o Contrato independentemente de interpelação judicial, sem que à CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

- a) Quando a CONTRATADA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;
- b) Quando houver atraso dos serviços pelo prazo de 30 (trinta) dias por parte da CONTRATADA sem justificativa aceita pela CONTRATANTE;
- c) Quando houver inadimplência de cláusulas ou condições contratuais por parte da CONTRATADA e desobediência da determinação da fiscalização, e
- d) Demais hipóteses mencionadas no Art. 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Parágrafo Primeiro

A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais penalidades cabíveis.

Parágrafo Segundo

Declarada a rescisão do Contrato, a CONTRATADA se obriga a entregar o objeto deste Contrato inteiramente desembaraçado, não criando dificuldades de qualquer natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Contratada deverá permitir, a qualquer tempo, que o técnico do Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas inspecione a obra e examine os registros e documentos que considerar necessário.

Parágrafo Primeiro

A Contratada deverá manter no local da obra um perfeito sistema de sinalização e segurança, de acordo com as normas de segurança do trabalho.

Parágrafo Segundo

Reserva-se o Licitador/Contratante, o direito de promover diligências destinadas a esclarecer a instrução do processo licitatório, em qualquer fase de seu andamento.

Parágrafo Terceiro

É facultado ao Licitador/Contratante, solicitar a atualização de qualquer documento relativo ao contrato.

Parágrafo Quarto

A Contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao Licitador/Contratante e a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto da presente licitação, isentando o Licitador/Contratante de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

Parágrafo Quinto

A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, na forma do art. 70, da Lei nº 8.666/93. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais de suas subcontratadas resultantes da execução do contrato, cabendo a ele a fiscalização do cumprimento de suas obrigações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PARTES INTEGRANTES

As condições estabelecidas no Edital de **Concorrência nº 004/2023** e na proposta apresentada pela empresa ora **CONTRATADA**, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

Parágrafo único

Serão incorporados a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas



Município de **Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

pelo **MUNICÍPIO** e pela **CONTRATADA**, tais como a prorrogação de prazos, redução das metas previstas e normas gerais de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUCESSÃO E FORO

As partes firmam o presente instrumento em **2 (duas) vias** de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro a Comarca de DOIS VIZINHOS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da **CONTRATADA**, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Dois Vizinhos, de de 2023.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

Empresa
CNPJ/MF n°



Município de **Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

ANEXO V

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA (modelo)

A **(nome da empresa licitante)**, CNPJ....., por seu Representante Técnico infra-assinado DECLARA que teve acesso a toda documentação relativa ao processo de **Concorrência n.º 004/2023**, e que **visitou os locais** onde serão executados os serviços e demais condições que possam influenciar na execução dos mesmos.

....., dede 2023.

(Nome da empresa)

(Nome Responsável Técnico, carimbo e assinatura).

Atestamos, para os fins legais, que a visita técnica foi devidamente realizada, sendo repassadas todas as informações necessárias à formulação da respectiva proposta, ao representante técnico da empresa supraidentificada.

**Assinatura do Responsável Técnico
Departamento de Trânsito Municipal**



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

ANEXO V.1
DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA
(modelo)

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, juntamente com seu representante técnico Sr.(a) (inserir o nome do representante), CPF nº, devidamente habilitado junto ao CREA/CAU ou outro, **DECLARA** que renuncia à Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado constantes na licitação modalidade de Concorrência nº 004/2023, afirma ainda que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e se responsabilizando pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude da sua omissão na verificação do local de instalação e execução dos serviços.

Cidade, de de 2023.

Nome, CPF, e assinatura do Responsável Legal da empresa

Nome, nº CREA ou outro e assinatura do Responsável



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

ANEXO VI DECLARAÇÃO UNIFICADA

À

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná

Ref.: **CONCORRÊNCIA nº 004/2023**

Empresa:....., CNPJ:,

Responsável legal:, CPF:

Endereço:.....

1-O senhor....., CPF nº CREA/CAU ou outro nº será o **RESPONSÁVEL TÉCNICO** pela execução dos serviços até o seu recebimento definitivo pela contratante.

2-Declaramos que se a empresa ou profissional não for registrado no CREA/CAU do Estado do Paraná, apresentaremos o Certificado de Registro vistado pelo **CREA/CAU** do Paraná, na assinatura do contrato.

3-Declaramos que a empresa se responsabiliza em emitir a **ART ou documento equivalente** – Anotação de Responsabilidade Técnica.

4-Declaramos que **NENHUM** sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração pública.

5-Declaramos que não contrataremos empregados com **INCOMPATIBILIDADE** com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

6-Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que **NÃO EMPREGAMOS MENORES** de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalvamos ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

7-Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada **INIDÔNEA** para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8-Declaro para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

9-Declaramos que a empresa contribui para a promoção do **DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL** no cumprimento de diretrizes e critérios de Sustentabilidade Ambiental, de acordo com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 8666/93 e com o artigo 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01 de 19 de janeiro de 2010.

10-A futura contratada ficará obrigada a apresentar, na assinatura do contrato, instrumento de garantia de execução contratual correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor global de sua proposta, devendo a mesma vigorar pelo prazo de vigência do contrato, optando-se por uma das modalidades elencadas conforme item 7 do edital.

11-Indicamos como preposto da empresa o(a) Senhor(a)....., inscrito(a) no CPF sob o nº....., RG nº....., e-mail....., número de telefone fixo (.....) e/ou também de celular (.....); (em caso de alteração das informações descritas nesta declaração durante a execução do contrato, a proponente deverá oficializar o fiscal e gestor do contrato para atualização dos dados).

12-Declaramos que temos ciência do prazo de Garantia da Execução da Obra prevista no art. 69 da Lei 8.666/93.

Art. 69. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

..... de 2023.
Local e Data

Assinatura do Responsável Legal da empresa

Assinatura do Responsável Técnico



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE/MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (modelo)

À Comissão de Licitações

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná

Ref.: Concorrência nº. 004/2023

(Nome da empresa), estabelecida na _____
(rua; nº e cidade), por seu representante legal _____ (nome do representante,
nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, endereço domiciliar), declara, sob as
penas da lei penal e civil, que a ora declarante está classificada como (Microempresa –
ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI), perante
(Receita Federal e/ou Secretaria da Fazenda do Estado), comprometendo-se ainda a
informar caso deixe de ser enquadrada na condição de (Microempresa – ME, Empresa de
Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI), nos termos da lei.

Declaro que estou ciente de que a emissão de declaração
falsa de enquadramento objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 para
a obtenção de tratamento diferenciado em licitações, configura fraude à licitação,
ensejando aplicação da penalidade do art. 46 da Lei 8.443/1992 (declaração de
inidoneidade da empresa (art. 46 da Lei 8.443/1992), como também caracteriza crime de
que trata o art. 299 do código Penal.

..... de 2023.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

*Obs: (Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou
Cooperativa) deixar a informação referente ao enquadramento da empresa, suprimir as
outras duas condições.